



LE GOUVERNEMENT  
DU GRAND-DUCHÉ DE LUXEMBOURG  
Ministère des Affaires étrangères  
et européennes

Direction de la coopération  
au développement et  
de l'action humanitaire

Programa Conjunto das Nações Unidas em Cabo Verde

## Documento de Programa conjunto

# PROGRAMA DE APOIO AO EMPREGO, EMPREGABILIDADE E INSERÇÃO



Organização Internacional do Trabalho



Novembro de 2016

## Siglas e acrónimos

ADA	: Apoio ao Desenvolvimento Autónomo
ADEI	: Agência para o Desenvolvimento Empresarial e Inovação
AECID	: Agência Espanhola de Cooperação Internacional em Cabo Verde
AJEC	: Associação de Jovens Empresários de Cabo Verde
APLD	: Abordagem Orientada Pela Procura
APLO	: Abordagem Orientada Pela Oferta
BDS	: Serviços de Desenvolvimento Empresarial
CCB/AE	: Câmara de Comércio de Barlavento/Agremiação Empresarial
CCSL	: Confederação Cabo-Verdiana dos Sindicatos Livres
CERMI	: Centro de Energias Renováveis e Manutenção Industrial
CFP	: Centro de Formação Profissional
CLE	: Compreender a Empresa
Cree	: Crie a sua empresa
DGT	: Direcção Geral do Turismo
DECRP	: Documento de Estratégia de Crescimento e Redução da Pobreza
EHTCV	: Escola de Hotelaria e Turismo de Cabo Verde
ETFP	: Ensino Técnico e Formação Profissional
EV/EC/ET	: Empregos Verdes, Economias Criativas, Ecoturismo
FAO	: Agência das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura
FP	: Formação Profissional
FPEF	: Fundo para a Promoção do Emprego e Formação Profissional
FTP	: Formação Técnica Profissionalizante
Germe	: Gira melhor a sua empresa (o módulo)
Germe nível 1	: Módulo Trie, Cree e Germe para mulheres e pessoas pouco alfabetizadas
GERME	: Gira melhor a sua empresa (o programa completo)
IEFP	: Instituto do Emprego e Formação Profissional
IMF	: Instituição de Microfinanças
Lux Dev	: Lux Development
MDTF	: Fundo Fiduciário Multi Doadores
MPE	: Micro e Pequenas Empresas
MPME	: Micro, Pequenas e Médias Empresas
ODM	: Objectivos de Desenvolvimento do Milénio
OIT	: Organização Internacional do Trabalho
OMCV	: Organização das Mulheres de Cabo Verde
ONUDI	: Organização Internacional para o Desenvolvimento Industrial
PNUD	: Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
SDE	: Serviço e Desenvolvimento de Empresas
SETFP	: Sistema de Ensino Técnico e Formação Profissional
SFP	: Sistema de Formação Profissional
SFPI	: Sistema de Formação Profissional e de Inserção
Trie	: Encontre a sua ideia de empresa
Trie inserção	: Versão Trie direccionado para áreas inovadoras

País	Cabo Verde
Nome do Programa	Programa de apoio ao “Emprego, empregabilidade e inserção”

### Objectivos do Programa

O Programa pretende contribuir para o reforço do emprego, da empregabilidade e da inserção dos jovens candidatos à criação de MPME ou ao trabalho assalariado na faixa etária dos 15/35 anos, através da consolidação do sistema de formação profissional e de inserção, em termos de:

- Integração formal da inserção nos programas dos estabelecimentos públicos e privados
- Consolidação dos resultados, nomeadamente do IEFP, e
- Racionalização e estruturação das metodologias de formação e de inserção baseadas em abordagens orientadas pela oferta e *pela procura*, para responder melhor à procura do mercado e permitir aos jovens adquirir as competências técnicas e de gestão necessárias tendo em vista a sua integração no chamado mercado económico através da criação de emprego e de autoemprego.

O programa visa também aproximar a oferta financeira do sistema das IMF e dos Fundos das necessidades financeiras de jovens criadores de empresas, bem como dar apoio aos jovens na implementação de projectos de criação de emprego e de autoemprego.





### Contribuição para o Eixo e Efeito UNDAF 2012-2017

**Eixo 1:** Crescimento inclusivo e redução da pobreza; **Efeito 1.1:** As políticas e os programas nacionais de desenvolvimento e redução da pobreza apoiam oportunidades económicas justas e um crescimento económico sustentável a favor das populações vulneráveis.

### Efeitos do Programa

1. Os mecanismos de inserção segundo a abordagem orientada pela procura estão melhor integrados a nível nacional e no SFP em particular;
2. A inserção dos jovens apoiados pelo programa é efectiva;
3. A oferta de financiamento pelas IMF está melhor adaptada à procura dos criadores de MPE;
4. O ambiente das MPME é melhorado em termos de quadro regulamentar e de diálogo social.

<p>Duração do programa : <b>3 anos</b></p> <p>Dates previstas de início e fim do programa: <b>final de 2016 até ao final de 2019</b></p> <p>Opções de gestão do(s) fundo(s): mecanismo de <i>passthrough</i> através de <i>Expanded Funding Window</i>, com duas agências participantes – <b>BIT et UNDP</b></p> <p>Agência administrativa e financeira: <b>PNUD</b></p> <p>Convening agency: <b>BIT</b></p>	<p>Orçamento total estimado: <b>3.606.119 USD</b> (que corresponderam em Maio 2016 a <b>3.134.423 EUR</b>), dos quais:</p> <ol style="list-style-type: none"> <li>1. Orçamento financiado: <b>3.606.119 USD</b></li> <li>2. Contribuição dos beneficiários: pm</li> <li>3. Contrapartida do governo: pm</li> </ol>
--	--

Agências das Nações Unidas		Autoridades Nacionais	
 <p>Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD)</p> <p><i>Data e carimbo</i> 23/01/17</p>	 <p>Ministério da Economia e Emprego</p> <p>Ministério da Economia e Emprego (MEE)</p> <p><i>Data e carimbo</i></p>	 <p>Organização Internacional do Trabalho (OIT)</p> <p><i>Data e carimbo</i> 18-01-17</p>	 <p>Ministério da Economia e Emprego GABINETE DO MINISTRO</p>

## 1. Resumo executivo

Parte-se de uma análise da situação apresentada pela localização geográfica de Cabo Verde, as suas características demográficas e socioeconómicas, colocando os principais problemas com os quais o país é confrontado, tendo em conta as vulnerabilidades como país insular de dimensão reduzida (4.033 km<sup>2</sup>), fraca precipitação e com apenas 10% de terras aráveis. A estas vulnerabilidades acrescenta-se a grande exposição aos choques externos como a forte dependência energética e de géneros alimentícios, nomeadamente cereais, cujos preços flutuam continuamente nos mercados internacionais.

Com uma economia que apresenta uma taxa de crescimento baixa, todavia com perspectiva para aumentar, muito afectada pela crise económica e financeira internacional, com impactos negativos sobretudo nas receitas e no desemprego, Cabo Verde está sujeito a fragilidades que exigem intervenções direccionadas e coordenadas. O facto de Cabo Verde ter saído em 2008 da lista dos PMA apresenta riscos e coloca desafios importantes, como o acesso a financiamentos concessionais, pois há uma diminuição da APD.

O mercado de trabalho apresenta taxas de desemprego preocupantes, à volta de 12,4% em 2015 afectando sobretudo os jovens (sendo de 28,6% na faixa etária de 15-24 anos e de 19,2% entre os 15 e os 34 anos). Por outro lado, o sistema de educação e formação profissional, registou taxas de inserção interessantes durante a implementação da formação adaptada à procura do mercado (dados IEFP: 70% dos jovens formados foram inseridos aquando da última formação; esta taxa reduz-se para 54% se forem considerados os resultados do setor privado, pouco interessado em ter em conta a inserção) e a taxa de satisfação dos interessados foi de 94%. Os laços institucionais e operacionais devem ser reforçados para melhorar o impacto das novas formações a nível da integração dos jovens no mercado de trabalho.

Para fazer face a esta situação um Programa conjunto sobre Emprego, Empregabilidade e Inserção é proposto por duas agências das Nações Unidas (OIT e PNUD), para três anos e no montante de 3.606.119 USD (que corresponderam em Maio 2016 a 3.134.423 EUR), a ser financiado através de fundos do Luxemburgo. Este programa visa responder às prioridades nacionais em matéria de emprego, empregabilidade e inserção, na lógica de procura de complementaridades e sinergias com as intervenções em curso levadas a cabo, não só pelas Nações Unidas, mas também por outros parceiros do desenvolvimento do país, incluindo os do Eixo 1 do PIC IV da Cooperação do Luxemburgo (ou seja CVE 081, programa de microfinanças ADA, a cooperação triangular, etc.). Com base nas recomendações dos ODM e dos ODS, no Programa do Governo da IX Legislatura, no Programa Quadro das Nações Unidas – UNDAF e nas recomendações para o PIC 4 (Programa Indicativo de Cooperação LUX – Cabo Verde), o Programa terá como alvo os jovens *candidatos à criação de empresas ou ao trabalho assalariado* na faixa etária dos 15 aos 35 anos.

Um quadro de resultados baseado em 4 efeitos é apresentado, a saber: Efeito 1 – Os mecanismos de inserção segundo a abordagem orientada pela procura são integrados melhor a nível nacional e no SFP em particular; Efeito 2 – A inserção dos jovens apoiados pelo programa é efectiva; Efeito 3 – A oferta de financiamento pelas IMF é mais adaptada à procura dos criadores de MPE; Efeito 4 – O ambiente das MPME é melhorado em termos de quadro regulador e de diálogo social.

Também é proposto um mecanismo de gestão, coordenação, monitorização e avaliação para guiar as intervenções no quadro deste programa. Isto traduz-se na definição do quadro comum de intervenções permitindo harmonizar a assistência técnica, as contribuições e os métodos de trabalho das agências participantes, a OIT e o PNUD, na definição do método principal de gestão dos fundos “passthrough” através de *Expanded Funding Window*, bem como na definição das responsabilidades das agências. O contexto jurídico e legal que guia esta intervenção é tratado de modo a tornar evidente a base das relações entre o país e as agências das NU.

## 2. Análise da situação

Cabo Verde é um arquipélago de origem vulcânica, caracterizado por uma insularidade fragmentada em nove ilhas habitadas (de dez), de orografia muito escarpada (na maior parte das ilhas) com efeitos extremamente pesados nos custos das infraestruturas básicas e dos serviços essenciais. Com uma superfície total de 4.033 km<sup>2</sup>, Cabo Verde está situado no Oceano Atlântico a cerca de 455 km a oeste da costa do Senegal.



Independente desde 1975, em Janeiro de 2008, Cabo Verde iniciou uma fase de graduação para o grupo de países de rendimento médio. Os resultados das políticas implementadas nos últimos anos demonstram a vontade do governo de se integrar no movimento de países emergentes que aliam crescimento a qualidade de vida para a sua população residente que é de 491.875 habitantes (Censo de 2010) a viver no território nacional. O crescimento anual da população é de 1,2%. A diáspora cabo-verdiana organizada em comunidades importantes, em particular nos Estados Unidos e na Europa, é estimada em mais de 500.000 originários do país, cujas transferências desempenham um papel importante na economia nacional. A população imigrada (cerca de 16.000 habitantes) representa 3,2% do total da população residente.

O país atingiu a maior parte dos ODM, em particular nas áreas da educação, saúde, água e saneamento, igualdade de género e empoderamento das mulheres, e vários dos seus indicadores de desenvolvimento são considerados como excepções na região africana<sup>2</sup>. Contudo, embora tenha havido uma diminuição da pobreza (36,7% em 2001 e 26,6% em 2007), as disparidades entre ricos e pobres aumentam a todos os níveis bem como as disparidades entre as regiões.

A economia cabo-verdiana, centrada principalmente no sector de serviços (agricultura 11%, indústria e energia 9% do PIB e serviços 80%), apresenta um grande potencial turístico e um dos desafios consiste em alargar a base de actividades económicas. Os dois motores principais da

<sup>2</sup> Ver: Relatório Nacional de Cabo Verde 2014: Progressos na Realização dos Objectivos de Desenvolvimento do Milénio.

economia são o turismo e as transferências dos emigrantes, ambos dependentes do ambiente financeiro mundial.

A economia do país teve taxas de crescimento estimadas, em média, em 7,1% no período de 2004 a 2008. Muito afectada pela crise económica e financeira internacional, em particular nos países da Zona Euro, esta taxa caiu para uma média de 1,3% no período de 2009-2012 e para 0,5% em 2013 com impactos negativos substanciais na importação de bens e com a diminuição acentuada do IDE que, em percentagem do PIB, diminuiu sucessivamente de 14,7 em 2008 para 1,5 em 2013, para além dos impactos no nível das receitas e do desemprego.

A gestão macroeconómica do país foi prudente e sólida, acompanhada de investimentos e políticas estratégicas favorecendo factores competitivos, por um lado em áreas como as infraestruturas económicas e, por outro lado, num ambiente propício ao desenvolvimento de um sector privado favorável à criação de emprego e à competitividade no mercado internacional, nomeadamente grandes reformas do sector público visando uma administração pública mais eficaz e direccionada para as empresas e investimentos importantes em capital humano.

Contudo, o país continua confrontado com riscos e desafios enormes tais como o acesso a financiamentos concessionais tendo em conta a redução da ajuda dos parceiros do desenvolvimento tradicionais e do acesso preferencial dos produtos cabo-verdianos aos mercados. Por outras palavras, Cabo Verde deverá alargar a base produtiva da economia, aumentar a produtividade e melhorar a sua competitividade.

Apesar dos progressos mencionados, os desafios são numerosos e persiste um certo número de vulnerabilidades. Os dados estatísticos (CENSOS 2010 – INE) revelam a juventude da população cabo-verdiana: o grupo das pessoas com menos de 15 anos representa 36% e o com menos de 25 anos representa 58,9% da população cabo-verdiana. É preciso também salientar que o mercado não consegue absorver esta população jovem que procura emprego.

Quanto ao desemprego, a taxa oscilou nos últimos anos. Contrariamente à tendência verificada entre 2000 e 2011, em que a taxa de desemprego era mais elevada entre as mulheres do que entre os homens, nos últimos anos o desemprego afectou mais os homens do que as mulheres (em 2015 segundo os dados do INE, a taxa de desemprego foi de 13,5% para os homens e de 11,2% para as mulheres). Em 2015 a taxa de desemprego a nível nacional foi de 12,4%, ligeiramente mais baixa em comparação com 2014 que foi de 15,8% (sendo de 28,8% na faixa etária de 15-24 anos, 19,2% entre os 15 e os 34 anos, 6,1% no grupo de 35-64 anos). Como mostram os dados, a taxa de desemprego continua muito elevada, em particular nos jovens, e pode ter impactos no abrandamento das taxas de crescimento, o que pode colocar em risco a oportunidade criada pela mudança demográfica em curso no país, em que a taxa de dependência é relativamente baixa e em que 2/3 da população está em idade activa.

**QUADRO 1: Principais indicadores do mercado de trabalho**

	2012	2013	2014	2015	Varição 2015/2014
População activa	225.819	221.874	217.158	222.085	4.927
– Empregada	187.904	185.486	182.831	194.485	11.654
– Desempregada	37.915	36.388	34.327	27.599	-6.728
População em idade de trabalhar	360.860	368.928	374.749	380.995	6.246
Taxa de actividade	62,60%	60,10%	57,9%	58,3%	0,4%

Taxa de ocupação	52,10%	50,30%	48,8%	51,0%	2,2%
Taxa de desemprego	16,8	16,4	15,8%	12,4%	-3,4%

Fonte: Relatório do BCV 2015

Segundo os dados (relatório do BCV 2015), os desempregados a nível nacional são na maioria homens (58,7%), a idade média é de 29,7 anos à escala nacional, o número médio de anos de escolaridade é de 8,4 anos, também para o primeiro ciclo do ensino secundário, que é ligeiramente mais elevado nas zonas urbanas (8,5 anos) e mais baixo nas zonas rurais (8,4 anos).

Quanto aos níveis de formação, nota-se que a maioria dos desempregados tem o nível secundário (16,3%) e pós-secundário (11,2%), o que coloca dúvidas quanto a fragilidades, dificuldades, qualidade do ensino e adequação ao mercado de trabalho (relação entre a oferta e a procura).

Importa sublinhar que o desemprego continua a afectar principalmente os jovens à procura do primeiro emprego sendo que 28,9% dos desempregados têm entre 15 e 24 anos

A duração média do desemprego estrutural era de 16,9 meses em 2013 passando a 16,8 meses em 2014.

As desigualdades de género são particularmente importantes, tendo em conta a proporção de mulheres chefes de família (48% em 2010) e mais em particular entre as famílias pobres (56%). Elas são sem dúvida a principal fonte de receitas para satisfazer as necessidades da família. Ao todo, as mulheres representam mais de 50% dos trabalhadores do sector informal e recebem salários inferiores aos dos homens. Em termos de participação política, existe paridade no poder executivo, mas a nível legislativo e municipal ainda é bastante modesta.

**O sistema de ensino e formação profissional** nos últimos anos teve progressos notáveis, que se traduzem globalmente em: (i) redução da taxa de analfabetismo de 25% em 2000 para 13% em 2013 e a quase eliminação no seio da população de jovens entre os 15 e 24 anos (2%), em que 88% da população com mais de 15 anos é alfabetizada, atingindo 97% da população com 25 anos, a paridade é alcançada com uma taxa bruta de escolarização superior a 100%; (ii) consolidação do ensino básico obrigatório, cuja taxa líquida é de 96%; (iii) uma transição elevada do ensino básico para o secundário na casa dos 87%; (iv) aumento da esperança de vida escolar das crianças de 9,2 para 10,6 anos; (v) igualdade de género no acesso e na permanência no sistema; (vi) aumento do número de beneficiários de formação profissional qualificante, disponibilizado, por alguns, de acordo com a abordagem pela procura.

Ainda há fragilidades por vencer neste sector, ligado à diversificação das áreas de formação, muito embora sabendo que o Sistema Nacional de Qualificações identificou 22 famílias profissionais, tendo já trabalhado 12 famílias (de entre as 12 famílias profissionais, 53 qualificações profissionais já foram elaboradas). As relações institucionais e operacionais entre os subsistemas do ensino técnico e da formação profissional necessitam ser reforçadas; bem como o acesso a mecanismos de financiamento esforçando-se para oferecer produtos de acordo com as solicitações.

Os vários problemas de pobreza, o desemprego, o subemprego, a inclusão social, segurança e migração, além do fenómeno da rápida urbanização que gera condições muitas vezes extremamente precárias, são os desafios que o país enfrenta. Eles foram aliás identificados pelo Sistema das Nações Unidas (SNU) e pelo Governo aquando do estabelecimento do programa quadro para o período 2012-2016.

O programa do governo para a IXª Legislatura define a promoção do emprego como uma prioridade nacional que visa a construção de uma economia diversificada e produtiva, mas inclusiva.

Por seu lado, o “ONE UN Programme” 2012-2016, baseado no UNDAF (2012-2016, prolongado até 2017), pretende apoiar os esforços do governo para: 1) promoção do crescimento, da competitividade e do emprego; 2) redução das disparidades e das desigualdades; 3) consolidação das instituições e 4) promoção da sustentabilidade ambiental.

Note-se que, para enfrentar os desafios do emprego e do subemprego, o governo anterior assinou com os actores envolvidos no processo (governo, municípios, representantes de empregadores, sindicatos e representantes da sociedade civil) o “**Pacto nacional para o emprego: Um compromisso nacional**”, que visa mobilizar a sociedade cabo-verdiana, em particular, os poderes políticos, empregados e trabalhadores para uma luta conjunta coordenada e eficaz contra o desemprego a fim de promover a coesão social e uma sociedade mais justa e equitativa.

O programa conjunto actual contribuirá para a concretização dos objectivos fixados pelo governo para a criação de emprego, apoiando as autoridades através do reforço dos seus esforços para reduzir a taxa de desemprego promovendo o crescimento e oportunidades económicas para os mais vulneráveis, focalizadas nos jovens.

**Em conclusão, as questões a esclarecer, à luz da problemática da inserção são as seguintes:**

**a. *Como debelar o baixo nível de empregabilidade dos jovens à procura de emprego?***

O sistema tradicional de formação profissional, com base na oferta de formação, tende a reproduzir, em cada ano, os mesmos cursos, nas mesmas áreas, e estes em número limitado, acabou por criar desempregados (diplomados). Sem negligenciar o fato de que esforços notáveis foram realizados em Cabo Verde nos últimos anos, nomeadamente, com a criação de centros de formação como o CERMI e a EHTCV, continua a ser relevante pensar que a melhor maneira de melhorar a empregabilidade dos candidatos ao emprego poderia partir dum sistema que favoreceria a procura e proporia formações adaptadas, fornecidas em função das necessidades.

*Lembrete: os critérios de empregabilidade são: (a) encontrar, conservar um emprego pela via do domínio e da actualização de saberes e competências, (b) melhorar a produtividade individual e os rendimentos do trabalho, (c) garantir as condições da mobilidade profissional, (d) aprender a se adaptar à evolução da sua profissão ao longo da vida, (e) aprender a aprender, e (f) criar a sua própria empresa.*

**b. *Como debelar as deficiências dos mecanismos de inserção?***

Muitas vezes os apoios propostos cobrem apenas parcialmente as necessidades em competências exigidas pelo mercado (tanto em termos de emprego assalariado como de gestão de MPME). A solução seria integrar formalmente a inserção no SFP, trabalhar as cadeias de valor e oferecer vários tipos de apoio que cubram todas as necessidades, e isto, ao longo de todo o período do que é hoje designado «o percurso para a inserção».

**c. *Como debelar a fragilidade dos sistemas de financiamento?***

Questão recorrente é o acesso ao financiamento pelos jovens empresários através de sistemas financeiros eficazes (IMF, Fundos e outros). As medidas tomadas pelo governo nesta matéria, combinadas com as decisões que resultam do processo de reflexão em



curso, em que o Programa BIT/ PNUD, em concertação com o Projecto da ADA, irá fornecer evidências relevantes sobre a natureza exata do pedido das partes interessadas, poderia, a médio prazo responder positivamente a esta questão.

Ao se trabalhar nestas três áreas com todos os atores do sistema, público e privado, mecanismos eficazes poderão ser implementados para o desenvolvimento sustentável e duradouro do emprego decente para jovens, mulheres e homens de Cabo Verde. É preciso dotar o sector com mais recursos humanos, materiais e financeiros. Por conseguinte, o Sistema pode ser considerado como o Sistema de Formação Profissional e Inserção no Mercado de Trabalho.

### 3. Estratégia do Programa Conjunto

#### 3.1. Estratégia global

O programa conjunto proposto inscreve-se nos **Objectivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS)**. Mais especificamente visa contribuir para os objectivos seguintes:

- **ODS 4 Educação de qualidade:** 4.4 O aumento (%) do número de jovens e adultos que dispõem de competências, nomeadamente técnicas e profissionais, necessárias para o emprego, a obtenção de um trabalho decente e o empreendedorismo.
- **ODS 8 sobre o trabalho decente e o crescimento económico:** 8.3 Promover políticas orientadas para o desenvolvimento, que apoiem as actividades produtivas, geração de emprego decente, empreendedorismo, criatividade e inovação, e incentivar a formalização e o crescimento das micro, pequenas e médias empresas ...

Visa também contribuir para o efeito UNDAF “*Crescimento e redução da pobreza*”, mais particularmente para o efeito 1.1 “As populações mais vulneráveis, em particular os jovens e as mulheres, no meio rural e no urbano, têm um maior acesso ao emprego decente e aos programas de promoção da produção e da produtividade sustentável”.

#### 3.2. Justificação

A nível nacional o programa justifica-se em função das recomendações:

- **Do Programa do Governo da IX Legislatura**, para o período 2016-2020 que atribui a maior importância ao combate ao desemprego e à redução da pobreza, seja através do crescimento económico, seja através da qualificação do capital humano e da criação de melhores condições de acesso das PME aos factores de produção.
- **Do PIC 4** (Programa Indicativo de Cooperação entre o Grão-Ducado de Luxemburgo e Cabo Verde) que se apoia no seu Eixo 1: (1) no reforço da empregabilidade para uma melhor inserção dos jovens, (2) sobre a melhoria da governação do SFP. (3) sobre a perenização da viabilidade financeira do sector, (4) na descentralização e melhor estruturação do sector, e (5) sobre o estabelecimento de um sistema de monitorização e avaliação eficaz. A Cooperação Luxemburguesa, que realizou actividades no sector da formação técnica e profissional, centradas na inovação e na construção de infraestruturas, constatou que estas ficaram um tanto ou quanto à margem da preocupação de inserção e de luta contra o desemprego dos jovens. Também propôs destacar o *reforço das capacidades de empregabilidade e a inserção dos jovens*, pretendendo que seja concedida prioridade à **procura**.

**O que é que a abordagem orientada pela procura (APLD) tem de inovadora?**

A abordagem pela procura oferece cursos de formação que respondam diretamente às necessidades específicas do mercado, curtos, modulares, que permitem adquirir as competências necessárias para um determinado posto e que são renovados somente se necessário. A identificação da procura deve refletir exactamente a situação do mercado. Isso pode ser feito através de :

- a. Análise de mercado a nível macro, por meio de documentos e planos estratégicos para o desenvolvimento económico, e micro, pormenorizada e continuamente, em todas as regiões (ilhas), de acordo com o princípio das cadeias de valor, para identificar oportunidades de criação de atividades (nichos de emprego).
- b. Diálogo com as empresas sobre as suas necessidades susceptíveis de justificar a criação de MPME.
- c. Análise das ideias de projectos dos candidatos à criação de empresas.

### **3.3. Elementos estratégicos do Programa**

A estratégia do programa, com base no seu compromisso de abordar cada um dos objectivos acima, está, na verdade, baseada em dois elementos-chave:

1. A necessidade e o interesse em privilegiar **a abordagem pela procura;**
2. O recurso a **estratégias e metodologias inovadoras.**

Esta estratégia apoiar-se-á nos seguintes elementos:

- a. Recurso à análise das *cadeias de valor* para identificar as atividades no processo de produção e de serviço e as competências necessárias para exercê-las.
- b. Adopção duma *abordagem integrada* que permita reforçar / completar as competências de cada candidato ao emprego, através dum conjunto de apoios a propor nas diferentes etapas do percurso rumo à inserção (princípio do percurso da inserção).
- c. *Integração formal da inserção* no Sistema de Formação profissional pelos poderes públicos, no seio das estruturas públicas mas também privadas.
- d. *Ampla divulgação de informações* às partes interessadas (actores, formadores, jovens) sobre tipos e métodos de formação, princípios de cadeias de valor, a APLD etc.
- e. *Facilitação do acesso ao financiamento*, adequando os produtos financeiros às necessidades dos candidatos à criação de empresas.
- f. *Envolvimento do sector privado*, tanto ao nível das organizações de formação como das organizações de empregadores e de trabalhadores.
- g. *Ter em conta a questão do género* sistemicamente, combinar análises e acções para melhorar a empregabilidade das mulheres e a sua integração no mercado económico.
- h. *Ter em conta a questão da equidade* em relação à repartição geográfica dos apoios entre as ilhas e as cidades.
- i. *Ter em conta as iniciativas em curso de promoção e de crescimento económico a nível de Cabo Verde*, nas seguintes áreas:
  - **O ecoturismo ou turismo rural** – Cabo Verde já está envolvido em várias actividades nas ilhas montanhosas, mais particularmente em áreas protegidas, com a participação

das comunidades locais, o que exige uma capacitação para melhorar os serviços prestados bem como a promoção de serviços inovadores. Algumas experiências levadas a cabo na área de alojamento e refeições terão a ganhar se forem organizadas em rede e reforçadas, em termos de rentabilidade, alargadas, se necessário, ao acabamento de muitas casas que destoam na paisagem e que, restauradas, poderia ser uma mais-valia em termos de desenvolvimento do turismo.

– *As economias criativas* – Tanto o programa do governo como a estratégia nacional para a exportação da música (PIC III), abordam o sector como modelo sustentável da economia, baseada no valor imaterial (criação, história, inovação, tradição) e na cadeia de valor da criatividade. Em termos de emprego e de rendimentos, uma atenção especial será dada às actividades que até então têm sido pouco valorizadas do ponto de vista económico na medida em que muitas delas tendem para o voluntariado, a fim de dar-lhes uma dimensão económica em termos de qualificações, rendimento e de emprego.

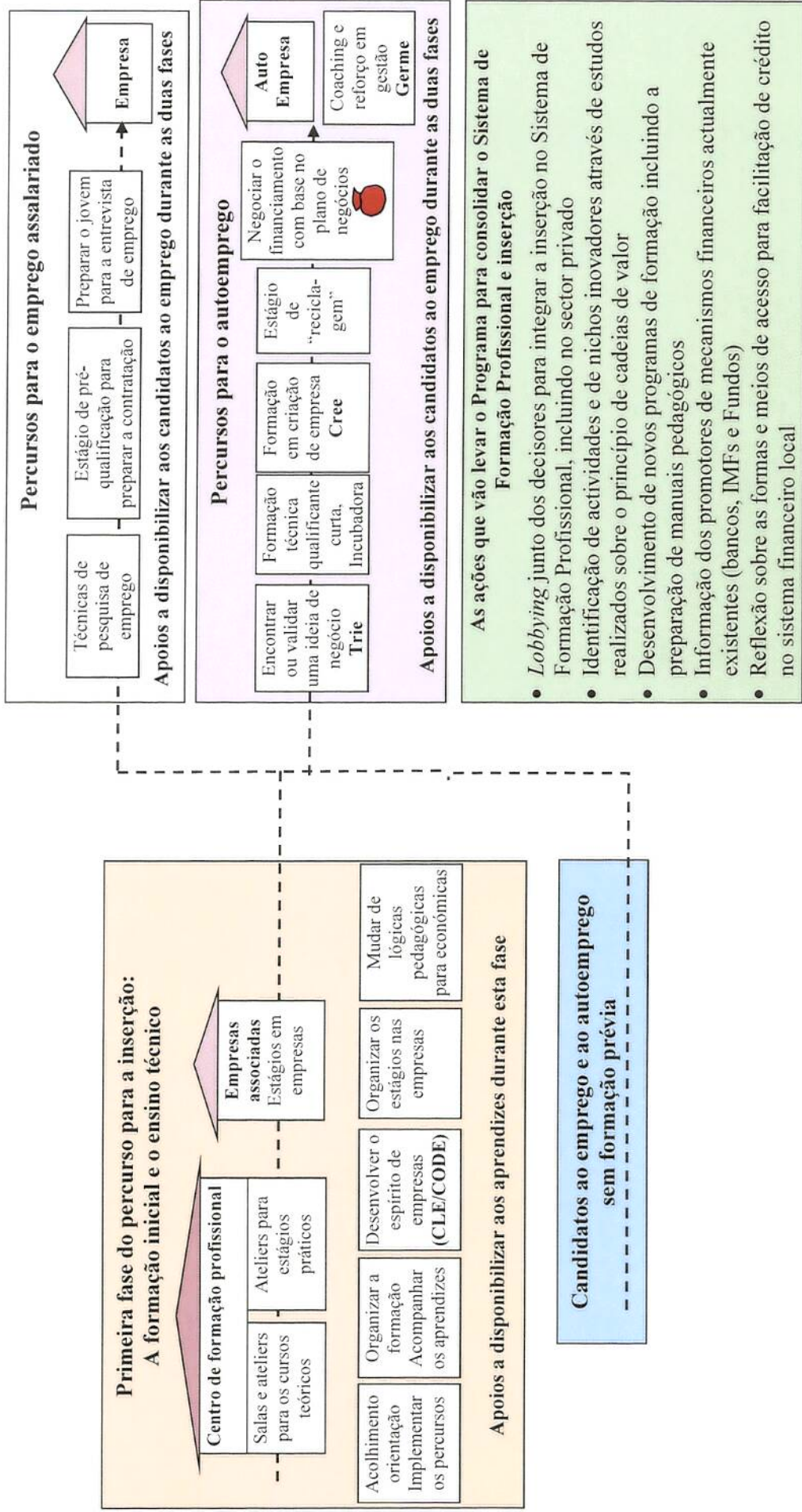
– *As energias renováveis* Cabo Verde enfrenta o desafio de independência energética, a um nível macro, com investimentos significativos na exploração da energia renovável – solar e eólica – e a mobilização de água, para que os programas comecem a apresentar resultados. O Programa 071 da Cooperação Luxemburguesa construiu o CERMI que hoje oferece uma gama de formação inicial ou contínua, e que poderia ser complementada por formações qualificantes curtas em algumas áreas promissoras de emprego nomeadamente a *popularização do solar em casa, melhoria da habitação rural*, etc..

j. *Outras actividades a ter em conta:* Em geral, o programa estará aberto a todas as oportunidades de criação de actividades económicas identificadas durante os estudos ou por aqueles que já possuem projetos. Ele vai intervir em particular nas economias verdes que constituem, sobretudo para o Sistema das Nações Unidas (ver referências de estudo em anexo), uma forte oportunidade de emprego.

As economias verdes dizem respeito não só à “ecologização” dos empregos tradicionais mas também à criação de actividades relacionadas ao meio ambiente. Eles melhoram e enriquecem o ambiente, economizando energia, reduzindo os gastos domésticos e gerando rendimentos. As oportunidades de actividades rentáveis, geradoras de rendimentos, permanentes ou sazonais, são múltiplas, nomeadamente para as mulheres, devido à sua localização no meio rural, ligadas para muitos ao funcionamento das famílias (micro culturas, transformação de alimentos, etc).

FIGURA 1 : O percurso de inserção para o emprego e o autoemprego

O caso de Cabo Verde

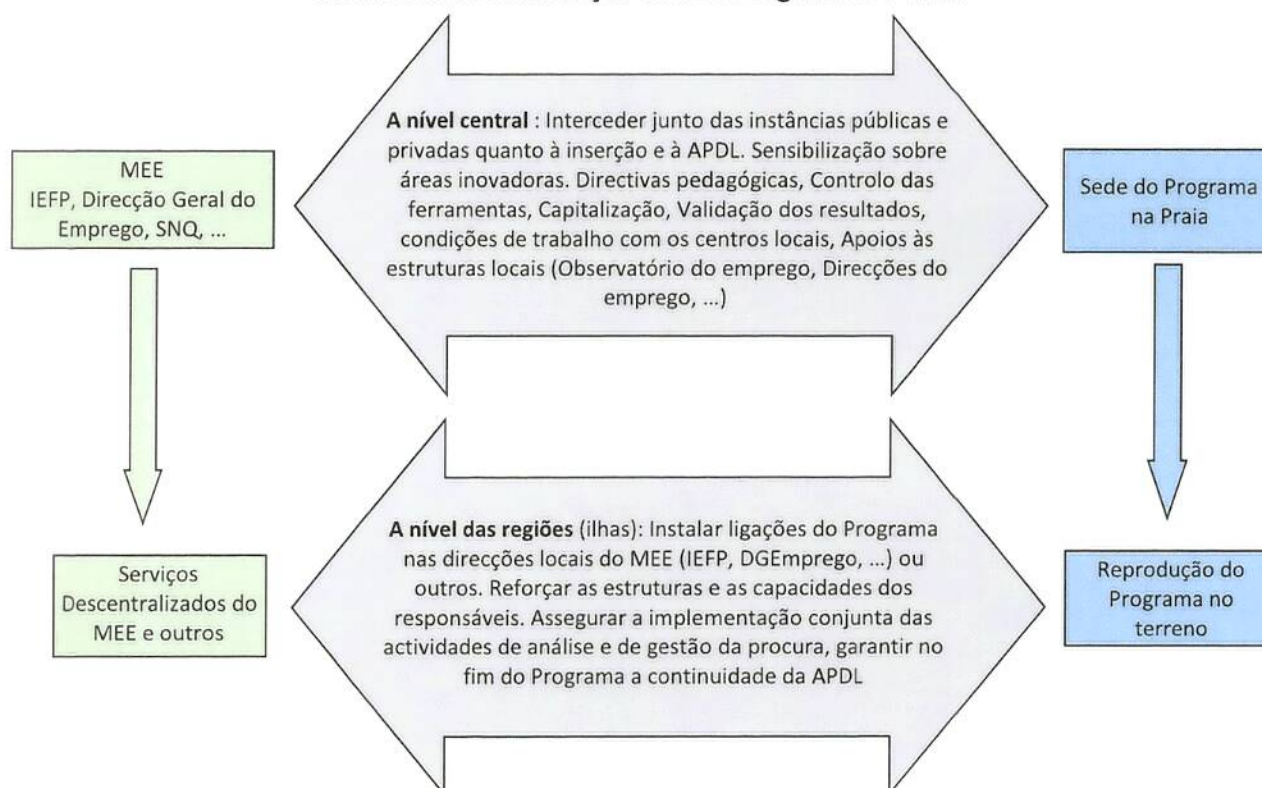


### 3.4. Os parceiros

O Programa trabalhará em estreita colaboração com:

- **O MEE** (Ministério da Economia e Emprego), parceiro institucional e técnico de referência, devido à sua experiência em questões de formação, luta contra a pobreza, protecção social, promoção do emprego sobretudo entre os jovens. *Através dos seus departamentos técnicos*, o Ministério poderá envolver-se directamente na reflexão sobre a integração formal da inserção na política nacional de formação profissional e na sua implementação, bem como no quadro da parceria com a cooperação bilateral e multilateral.

FIGURA 2: de colaboração entre o Programa e o MEE



- **A agência de execução Lux Development**, através de projectos bilaterais em curso (CVE 071, CVE 077) e futuros, e do próximo projeto sobre a empregabilidade e emprego, em fase de formulação (CVE 081). Ficou estabelecido que os dois projectos irão trabalhar em estreita colaboração, incluindo seus respectivos locais nas instalações do MEE. Esta colaboração recairá, nomeadamente, sobre (a) a organização de reuniões no âmbito do Comité de Pilotagem (ver abaixo), (b) a organização dos comités de pilotagem conjuntos com a ADA, (c) a montagem de formações com base em metodologias do BIT, (d) certas acções no âmbito do diálogo social, para os quais o Projeto 081 terá recursos substanciais, (e) combinação de formações de tipo inicial e as APLD (curtas e qualificantes) junto a certos estabelecimentos (CERMI, EHTCV, CTA, ...), (f) a consolidação do sistema nacional de qualificações, especialmente em relação aos estudos relativos ao conceito de cadeias de valor, (g) a revisão da missão do Observatório de Emprego; se pertinente, contribuir para a sua revitalização pelo MEE. Nesta ocasião, pode ser evocada a questão do monitoramento e avaliação, de modo a envolver a sua inclusão no SFPI.

- **LUX DEVELOPMENT** CVE/071 (Apoio ao Programa Nacional de Emprego e Formação Profissional) e CVE/077 (Programa de Apoio à Política Sectorial ETEFP) de assistência técnica para a Governação da Política Integrada Educação-Formação-Emprego (PIEFE), e no futuro, será associado ao programa para desenvolver sinergias e complementaridades.
- **A Agência de execução ADA** (especializada no apoio às estruturas de microfinanças em termos de funcionamento, nomeadamente através do Projecto PADFI, do PIC III e do PADFI 2 do PIC IV, bem como na gestão da grande reforma do sistema financeiro iniciada pelo Banco Central (a realizar-se em 2016). A colaboração irá centrar-se sobretudo numa abordagem conjunta orientada para o sistema financeiro (bancos, IMF e fundos), no qual ADA orientará a reflexão sobre os aspectos financeiros e o Projeto sobre aspectos específicos da procura pelos jovens possuidores de projectos promissores, a fim de otimizar a adequação entre este e os futuros produtos.

O Programa irá igualmente colaborar com as diferentes estruturas implicadas na promoção do emprego, nomeadamente : os Ministérios sectoriais tais como o da Cultura e Indústrias Criativas, da Agricultura e Ambiente, da Economia e Emprego, a ADEI, as Câmaras do Comércio, os municípios, outros.

Estabelecerá parcerias estratégicas com outros parceiros como:

- **A ONUDI e a FAO** para acções sectoriais nos seus domínios de competência.
- **O BAD**, nomeadamente através do reforço do programa de empregabilidade e de melhoria dos mecanismos de financiamento para as MPMEs.
- **O CERMI e a EHTCV**: duas escolas de formação modernas em tecnologias ligadas às energias renováveis e à restauração/ hotelaria, muito bem equipadas, prontas a desempenhar um papel significativo na consolidação e numa melhor estruturação do sistema de formação profissional, especialmente para a montagem de formações profissionais curtas.
- **A rede GERME**, pela sua existência e implantação nas ilhas, constitui uma condição prévia preciosa e também um parceiro competente para pôr em prática apoios para a inserção dos jovens (em parceria com a ONUDI, envolvida na elaboração da ferramenta Germe inserção).

### 3.5. Lições aprendidas

Relativamente aos resultados de programas e projectos implementados nos últimos anos em Cabo Verde pelas agências do Sistema das Nações Unidas e às metodologias desenvolvidas nessas ocasiões ou susceptíveis de o ser, é importante sublinhar as vantagens da OIT e do PNUD em termos de:

- **Resultados de projectos:** o PNUD e a OIT estão a implementar desde 2013 um programa conjunto financiado pela Cooperação Luxemburguesa intitulado “Apoio à Estratégia Nacional de Criação de Emprego em Cabo Verde – PAENCE/CV”, que visa (i) fazer análises para a definição de uma estratégia nacional de criação de emprego, (ii) reforçar as capacidades técnicas e funcionais das instituições públicas centrais e descentralizadas encarregadas da formulação, implementação, coordenação, monitorização e avaliação de

políticas e programas para o emprego, (iii) reforçar a prestação de serviços de apoio ao emprego e à empregabilidade, (iv) aumentar a capacidade tanto do lado da oferta como do lado da procura no mercado de trabalho.

- **Metodologias:** Várias ferramentas e metodologias serão utilizadas aquando da implementação do apoio a dar aos candidatos à criação de emprego. Trata-se de: CLE/CODE, em desenvolvimento da Cultura de Empresa; GERME em procura de ideias, criação e gestão de micro e pequenas empresas (entre as quais *Germe nível 1* que visa as mulheres e um público pouco alfabetizado e *Germe inserção* destinado aos que saem do SFP); Desenvolvimento da cadeia de valor para a análise de oportunidades de criação de empresas; MMW (Fazer Funcionar a Micro Finança) para reforçar os sistemas de micro finanças; Educação financeira dirigida às populações mais vulneráveis. Sem contar com o conceito de percurso de inserção em termos de estratégia de apoio à inserção.

### 3.6. As vantagens da realização

A implementação conjunta das actividades no seio de um programa conjunto conduz a mais-valias quando as competências dos vários actores entram em sinergia e se inscrevem numa estratégia comum. No caso actual:

O PNUD e a OIT, com o programa PAENCE, oferecem uma antecâmara para o programa futuro e será útil e interessante continuar o trabalho realizado.

Seria pertinente fazer a transição entre os dois projectos de modo a tirar o melhor proveito das realizações, entre as quais: i) inquérito nacional sobre o emprego para apoiar na análise do mercado de trabalho e inquérito sobre o sector informal e a sua contribuição para o PIB; ii) análise sobre a contribuição do sector da formação profissional para a criação de emprego; iii) A regulamentação das carteiras profissionais nos sectores da hotelaria e turismo, que ilustra a importância da advocacia a realizar em sectores sensíveis para os quais uma adaptação do quadro regulador pode ser decisiva; iv) A difusão do Guia da Empregabilidade da OIT após adaptação e tradução; v) A organização da Conferência Nacional sobre os Empregos Verdes e sobre o Sector Informal; vi) A reflexão sobre as economias criativas realizada através do projecto Música para a Empregabilidade; vii) A reflexão sobre a protecção social dos pequenos produtores através do Regime Especial das MPE – REMPE, em vigor desde 1 de Janeiro de 2015; viii) O reforço da rede GERME e as formações de empreendedorismo; ix) diagnóstico de SITE (Sistema de Informação para o Mercado de Trabalho e Emprego) a ser terminado.

### 3.7. Os beneficiários do Programa

O programa terá como alvo jovens *candidatos à criação de empresas ou ao trabalho assalariado* no grupo da população de 15-35 anos, que serão acompanhados até à inserção, através de uma série de apoios, a saber, os jovens:

- **Saídos do sistema clássico de ensino técnico e de formação profissional**, mulheres e homens jovens que não arranjam emprego (desempregados licenciados, nomeadamente as raparigas que saíram da EHTCV) dotados de competências nas suas respectivas áreas de formação;
- **Em áreas inovadoras** (empregos verdes, turismo rural e economias criativas), sem competências adquiridas, mas dotados da vontade de criar uma actividade/ empresa;

- *Em áreas à sua escolha, não identificadas até ao momento*, sem competências específicas, dotados também de vontade de criar uma empresa.

Destes, alguns podem ser provenientes da *diáspora* cabo-verdiana, contactados e mobilizados pelo Programa através de redes sociais, para construir pontes com jovens promotores de empresas, em termos de financiamento e de comercialização.

De forma indirecta ou paralela, o programa terá também como alvo:

- *Os formadores* que serão reforçados antes da implementação dos apoios para os jovens,
- *O pessoal das estruturas locais* que serão reforçadas para uma boa compreensão dos princípios ligados à inserção e para uma implementação eficaz dos apoios.

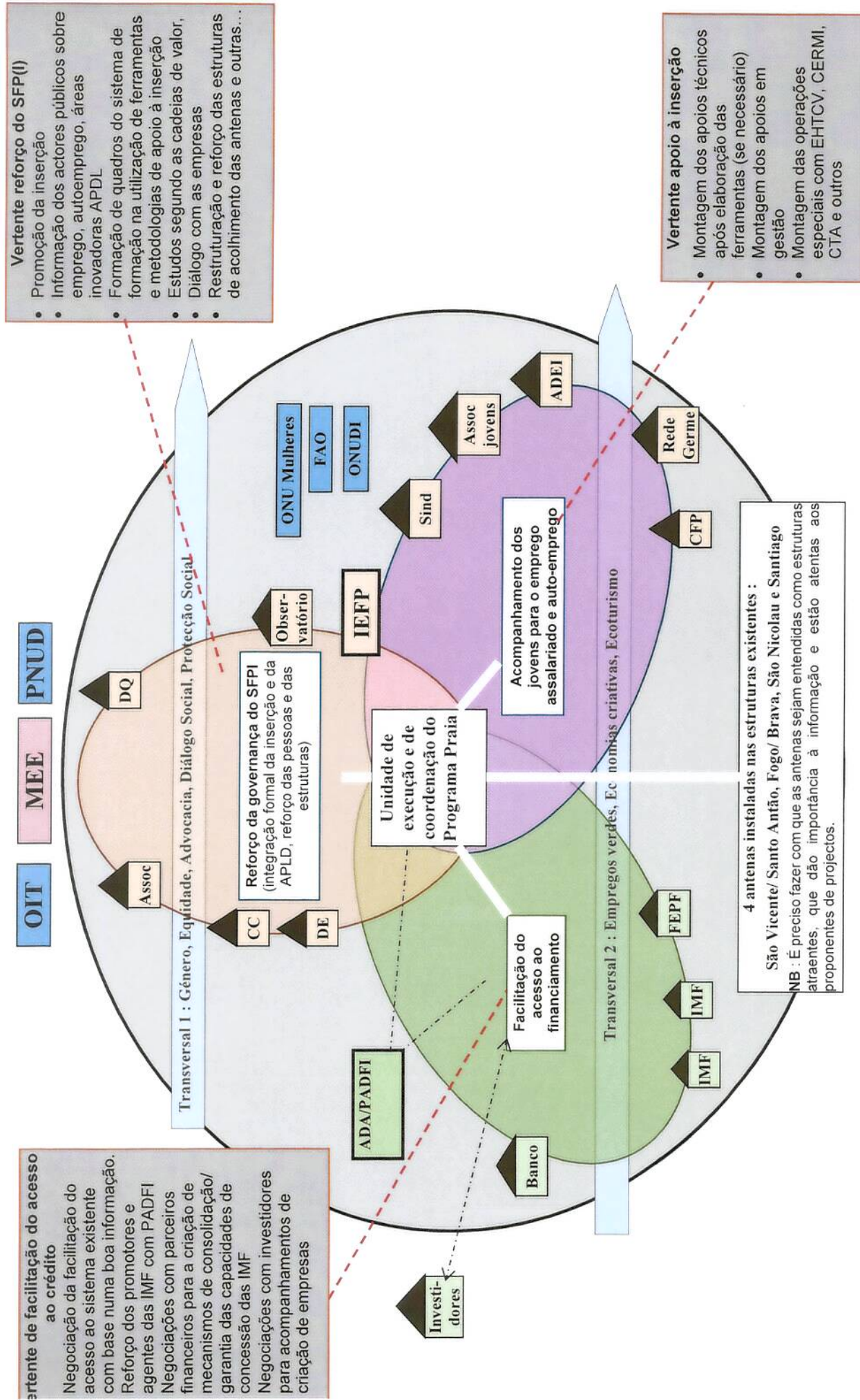
### 3.8. A continuidade

*A nível institucional*, a continuidade resultará da integração plena e concreta da inserção e da abordagem orientada pela procura no SFPI. Do mesmo modo, as metodologias e as ferramentas, tanto no sector público como no privado, onde são menos integrados e seguidos.

*Ao nível do terreno*, a continuidade passará pela integração efectiva da inserção e da APDF nas mentalidades, pela via da aquisição de gestos e reflexos pelos actores do sistema, e pela sua inscrição formal e definitiva no planeamento dos estabelecimentos, sob o ponto de vista do princípio e dos métodos desenvolvidos nas referidas instituições.



FIGURA 3 : Representação esquemática das vertentes de actividades do Programa, dos parceiros e das antenas



## 4. Quadro de Resultados

O Programa irá focar suas ações nos seguintes grupos de atividades:

### I. Facilitar o acesso ao financiamento

Este é um pressuposto para as ações dos outros componentes na medida em que os resultados almejados constituem a chave para a inserção. O trabalho será realizado desde o início do projeto e será finalizado antes do final do primeiro ano. Trata-se das seguintes tarefas:

- *Análise* dos mecanismos de financiamento (IMF, Bancos e Fundos) em relação à sua situação e modos atuais de funcionamento e ampla divulgação de informações sobre os mesmos junto aos possuidores de projetos.
- *Reflexão* sobre as formas e meios de melhorar os referidos mecanismos do ponto de vista da sua capacidade de financiamento (refinanciamento, ...), como das condicionalidades de financiamento (garantias, cauções, bonificação de juros, ...), ou mesmo parceiros financeiros a mobilizar.
- *Procura de mecanismos externos* de financiamento de projetos (investidores privados, etc.).

### II. Governança do Sistema de Formação Profissional e de Inserção (SFPI) :

Este é um segundo pressuposto à implementação dos apoios directos previstos para os candidatos à criação de MPME e ao emprego assalariado, com base na:

- *Elaboração/adaptação das ferramentas de sensibilização e de formação;*
- *Sensibilização dos decisores sobre a inserção (governo, empregadores e sindicatos, federações, centros de formação, serviços técnicos);*
- *Sensibilização sobre a inserção e reforço empresarial dos actores do SFPI e dos formadores;*
- *Dinamização das estruturas de base (antenas do Programa), em termos de mobilização de recursos adicionais, formação do pessoal, equipamento específico;*
- *Análise das oportunidades de criação de MPME (cadeias de valor);*
- *Informação e sensibilização dos candidatos ao emprego acerca do emprego e das redes promissoras;*
- *Validação de novos perfis e sua integração no Sistema de Qualificação.*

### III. Acompanhamento dos jovens para o emprego assalariado e para o auto-emprego (criação/gestão de MPME)

Este é todo o apoio oferecido aos candidatos ao emprego (assalariado ou auto-emprego) através dos Percursos para inserção, em matéria de reforço das competências técnicas (em função de necessidades específicas associadas a determinadas actividades) e de gestão.

*Suporte oferecido antes da criação de empresas ou do recrutamento para um emprego:*

- *Formações técnicas* orientadas para habilidades específicas a serem adquiridas ou consolidadas em função dos condicionalismos dos postos a criar (módulos de curto prazo, estágios para atualização, incubadoras).

- *Formação em Empreendedorismo* sobre a ideia de negócio (Trie inserção), a criação de empresas (Cree inserção e Germe Nível 1 – para mulheres e pessoas pouco alfabetizadas), tendo em conta a dimensão qualidade/sector. A colaboração com a ONUDI.
- *Formação sobre a procura dum emprego assalariado.*
- *Apoio com vista ao financiamento*, aconselhamento para o ajuste dos planos de negócio.

Suporte oferecido após a criação da empresa ou a admissão:

- *Coaching/ Formação em gestão de empresas* (Germe) como acompanhamento dos primeiros passos dos empresários recém-estabelecidos.
- *Sequimento dos assalariados.*

QUADRO 2 : Quadro de resultados do programa

Produtos previstos/ Outputs	Objectivos de produção	Partes responsáveis	Actividades indicativas	Agências SNU	Contribuição (USD)	Inputs
<b>EFECTO 1: Os princípios e mecanismos de apoio à inserção integrando a abordagem orientada pela procura são mais bem conhecidos a nível nacional e integrados no sistema de formação profissional e de inserção</b>						
<p><b>PRODUTO 1.1:</b> Os decisores têm uma melhor compreensão sobre a inserção</p> <p><i>Situação : a inserção não está suficientemente tida em conta</i></p> <p><b>Indicadores :</b></p> <p>Nº e natureza de ferramentas</p> <p>Nº de acções realizadas</p>	<p>Que os decisores sejam sensibilizados sobre a inserção</p> <p>Que a inserção seja considerada ao nível nacional</p>	<p>Staff do Programa</p> <p>MEE, IEFP, DT</p> <p>Sindicatos e Patronato</p>	<p><b>PRODUTO 1.1: Os decisores têm uma melhor compreensão sobre a inserção</b></p> <p>1.1.1 Elaborar instrumentos de informação para os decisores (quadros administrativos e SFP) sobre inserção</p> <p>1.1.2 <i>Plaidoyer</i> junto dos decisores públicos e privados sobre o SFP, a APLD, a inserção, as áreas específicas, etc.</p>	<p>BIT</p> <p>BIT</p> <p>PNUD</p>	<p>100 000</p> <p>20 000</p> <p>40 000</p> <p>40 000</p>	<p>Materiais de informação</p> <p>Ateliers nacionais e nas regiões</p> <p>Reuniões com os decisores</p>

				1.2.9	Consolidação do stock de manuais Germe para a sustentabilidade	BIT	20 000	Rede Germe		
<p><b>PRODUTO 1.3:</b> As estruturas parceiras do programa foram reforçadas e/ou reestruturadas</p> <p><i>Situação: há perdas de recursos técnicos e humanos</i></p> <p><b>Indicadores:</b></p> <p>Tipos de apoios dados</p> <p>Nº de estruturas reforçadas</p> <p>Natureza e custo dos apoios</p>	<p>Que as sinergias entre as estruturas de base sejam eficazes</p>	<p>Staff do Programa</p> <p>MEE, IEFP</p> <p>Diversos centros</p> <p>ONGs e CC</p>	<p><b>PRODUTO 1.3:</b> As estruturas parceiras do programa foram reforçadas e/ou reestruturadas</p>	<p>BIT</p>	<p>216 000</p>	<p>Atelier de reflexão</p> <p>Formações</p> <p>Equipamento</p> <p>Sub-contratações</p>				
							1.3.1	Contribuir para a reflexão quanto à revisão dos papéis e das funções dos centros regionais	PNUD	25 000
							1.3.2	Contribuir para o reforço das estruturas de apoio do programa (equipamento, organização, formações e informações)	PNUD	30 000
							1.3.3	Contribuir para o reforço de estruturas parceiras	PNUD	42 000
							1.3.4	Diversos PAO/ impressões/ reprodução de documentos	PNUD	20 000
							1.3.5	Planos de acção das estruturas (animação e outros)	PNUD	99 000
<p><b>PRODUTO 1.4:</b> O SPFI é reforçado em termos de capacitação dos actores privados e públicos, que conhecem a procura e os constrangimentos subjacentes nos sectores promissores e em termos da disponibilidade de manuais pedagógicos preparados para utilização</p> <p><i>Situação: As oportunidades de actividades existem, mas não são muito conhecidas</i></p> <p><b>Indicadores:</b></p> <p>Nº de análises elaboradas</p> <p>Pistas de emprego identificadas de forma geral e para as mulheres</p> <p>Nº de programas formativos elaborados</p> <p>Nº de manuais elaborados</p>	<p>Divulgar o princípio de uma análise realizada de forma contínua, a um nível local e segundo o princípio das cadeias de valor</p> <p>Que a produção de manuais seja efectiva</p>	<p>Staff do Programa</p> <p>MEE, SNQ, IEFP</p>	<p><b>PRODUTO 1.4:</b> O SPFI é reforçado em termos de capacitação dos actores privados e públicos, que conhecem a procura e os constrangimentos subjacentes nos sectores promissores e em termos da disponibilidade de manuais pedagógicos preparados para utilização</p>	<p>BIT</p>	<p>96 000</p>	<p>Peritos do BIT em cadeias de valor</p> <p>Formação de formadores</p> <p>Estudos</p>				
							1.4.1	Reforçar a capacidade dos agentes dos centros para fazerem análises segundo o princípio das cadeias de valor	BIT	24 000
							1.4.2	Efectuar análises de cadeias de valor ao nível das regiões (ilhas) nos sectores promissores bem como da procura em termos de competências a mobilizar com um foco sobre o emprego das mulheres (com base no manual que incorpora as suas especificidades)	BIT PNUD	36 000 36 000

Produtos previstos/ Outputs	Objetivos de produção	Partes responsáveis	Actividades indicativas	Agências SNU	Contribuição (USD)	Inputs
<b>EFECTO 2: A inserção dos jovens segundo a abordagem orientada pela procura é efectiva</b>						
<b>PRODUTO 2.1:</b> As capacidades de empregabilidade dos candidatos ao emprego e ao autoemprego apoiados pelo programa são reforçadas tendo em vista a sua inserção	As jornadas de informação sobre as áreas e o emprego e a formação (Trie) constituirão a porta de entrada no percurso de inserção. A saída deste último, os promotores terão um bom plano de negócios para se apresentar ao SFD	Staff do Programa Centros de formação, IEFP Cámaras de Comércio Instituições de formação profissional privadas Outros actores	<b>PRODUTO 2.1:</b> As capacidades de empregabilidade dos candidatos ao emprego e ao autoemprego apoiados pelo programa são reforçadas tendo em vista a sua inserção  2.1.1. Organizar jornadas de informação técnica para os jovens sobre os vários temas segundo as suas necessidades  2.1.2. Montar módulos Trie inserção sobre a reflexão da sua ideia de empresa, as áreas específicas, o emprego e o autoemprego  2.1.3. Formações técnicas, ateliers tipo incubadoras (com a EHTCV, CERMI, ADEL, FAO, ONUDI, ...)  2.1.4. Criar estágios de "reciclagem" antes da criação das MPME  2.1.5. Organizar módulos Cree inserção em criação de empresas  2.1.6. Organizar módulos em criação de empresas (Germe N1) com uma maioria de mulheres (75%)  2.1.7. Contribuição para pessoas recurso para sectores específicos (ONUDI, FAO, Sindicatos, ...)  2.1.8. Montar formações em procura de emprego (RE)  2.1.9. Formações individuais de consolidação de competências	BIT  BIT  BIT  BIT  BIT  BIT  BIT	879 800  24 000  90 000  400 000  16 800  140 000  48 000  75 000  16 000  70 000	Assistência técnica  Quadros e agentes do terreno – IEFP  Rede Germe  Agentes e pessoas recursos  <b>FAO/ONUDI</b>  Formações teóricas e em situação de produção
<b>PRODUTO 2.2:</b> Os jovens encontram trabalho assalariado e/ou criam a sua empresa	O seguimento dos novos empreendedores é um factor chave do seu sucesso	Staff do Programa Centros de formação, IEFP	<b>PRODUTO 2.2:</b> Os jovens encontram trabalho assalariado e/ou criam a sua empresa  2.2.1. Acompanhamento dos jovens que encontraram trabalho assalariado  2.2.2. Coaching Germe de jovens empreendedores	BIT  BIT	76 130  6 130  70 000	Formações em gestão com sessões de seguimento  Formadores Germe
<b>PRODUTO 2.1:</b> As capacidades de empregabilidade dos candidatos ao emprego e ao autoemprego apoiados pelo programa são reforçadas tendo em vista a sua inserção  <i>Situação: os jovens têm com frequência falta de competências na cadeia das competências úteis</i>  <b>Indicadores:</b> Nº de módulos Trie (50) Nº de FTP (pelo menos 60) Nº de actualizações/"reciclagens" (140) Nº de Cree inserção (26) Nº Germe nível 1 (12) % de mulheres G1 (75%) Nº de módulos em RE (8)						
<b>PRODUTO 2.2:</b> Os jovens encontram trabalho assalariado e/ou criam a sua empresa  <i>Situação: Uma vez com emprego a pessoa precisa de um acompanhamento</i>  <b>Indicadores:</b> Nº de jovens empregados e com acompanhamento Nº Germe com coaching (18)						

Produtos previstos/ Outputs	Objectivos de produção	Partes responsáveis	Actividades indicativas	Agências SNU	Contribuição (USD)	Inputs										
<b>EFEITO 3: A oferta de financiamento do sistema das IMF está mais bem adaptada à procura dos criadores de MPME</b>																
<b>PRODUTO 3.1:</b> Os promotores de MPME estão mais bem preparados para aceder ao crédito das IMF/ Fundos  <b>Situação:</b> os jovens estão pouco informados sobre o crédito  <b>Indicadores:</b> Nº de formações realizadas Nº de fichas elaboradas Nº de formações em EF	Que os jovens promotores estão mais bem informados sobre os constrangimentos ligados ao facto de contrair um crédito	Staff do Programa ADA/PADFI PLATONG FEFP	<b>PRODUTO 3.1:</b> Os promotores de MPME estão mais bem preparados para aceder ao crédito das IMF/ Fundos  3.1.1. Exploração das análises (ADA, BAD, ...) sobre a situação do sistema  3.1.2. Elaborar e divulgar um Guia sobre o acesso ao financiamento, com fichas técnicas, e divulgá-los amplamente aos jovens através das estruturas do SFPI  3.1.3. Adaptação, tradução e impressão dos manuais de « Educação Financeira » e formação dos jovens	PNUD  PNUD  PNUD	61 132  11 132  10 000  40 000	Assistência técnica  ADA PAO  Formadores em EF										
							<b>PRODUTO 3.2:</b> As estruturas de financiamento (IMF, Bancos e Fundos) estão envolvidas no processo e são reforçadas em termos de funcionamento e conhecimento da inserção dos jovens  3.2.1. Organizar, com base em estudos exaustivos recentes (BAID, ADA, ...), com as estruturas de financiamento, sobre os bloqueios do sistema  3.2.2. Contribuir para a montagem de formações em MMW	Staff do Programa ADA/PADFI PLATONG FEFP	PNUD  PNUD	60 000  30 000  30 000	Assistência técnica ADA/PADFI  Consultor financeiro  SFD  Formadores MMW					
												<b>PRODUTO 3.3:</b> Mecanismos <i>ad hoc</i> são identificadas para facilitar a capacidade de concessão de crédito das estruturas de financiamento  3.3.1 Estudar as vias e meios de uma facilitação da concessão de crédito aos promotores de MPME pelas IMF e os fundos, em termos de consolidação dos fundos, de condições de concessão de crédito, taxas de juros, fundos de garantia  3.3.2 Promover acções de sensibilização e de <i>plaidoyer</i> junto dos doadores susceptíveis de se envolverem na implementação dos mecanismos propostos para a melhoria das capacidades de concessão de crédito através do sistema financeiro local	Staff do Programa ADA/PADFI PLATONG FEFP	PNUD  PNUD	65 000  35 000  15 000	Assistência técnica Consultor em MF  SFD  Banco central

					financiamento de MPME e reflectir nas vias e meios para a sua implementação			
--	--	--	--	--	---	--	--	--

Produtos previstos/ Outputs	Objectivos de produção	Partes responsáveis	Actividades indicativas	Agências SNU	Contribuição (USD)	Inputs
<b>EFEITO 4: O ambiente das MPME é melhorado em termos do entendimento popular</b>						
<b>PRODUTO 4.1:</b> As perspectivas ligadas à criação de MPME são mais bem conhecidas	Que o autoemprego que hoje, se torne objecto de campanha nos meios de comunicação mais conhecidos	Staff do Programa Animadores Radio, TV, músicos	<b>PRODUTO 4.1: As perspectivas ligadas à criação de MPME são mais bem conhecidas</b>		<b>150 000</b>	Assistência técnica
<i>Situação: a população conhece mal as oportunidades de emprego</i>			4.1.1. Organizar acções de grande visibilidade: concurso de Planos de Negócios e realizações (casas terminadas), acções piloto (ecoturismo)	BIT PNUD	54 000 54 000	Quadros MEE
<b>Indicadores:</b> Nº de concursos realizados Nº de emissões de rádio Nº de vezes de passagem na TV			4.1.2. Organizar eventos/acções de várias naturezas ao nível da rádio, TV, música, etc., para sensibilizar e fazer passar a mensagem sobre o desenvolvimento de MPME e sobre as ideias de actividades de capacitação	BIT PNUD	21 000 21 000	

Total actividades (sem ser com o pessoal, missões, recursos externos, subcontratação, material e diversos)

BIT : 1 522 430 \$

PNUD : 573 132 \$



## 5. Modalidades de Gestão e Coordenação

O programa conjunto propõe um quadro comum de intervenções que permite harmonizar a assistência técnica, as contribuições e os métodos de trabalho das agências participantes, o PNUD e a OIT. Cada agência será responsável pela implementação das suas componentes respectivas, como foi indicado no quadro de resultados e no quadro de monitorização (ver quadro 2). As agências prestarão assistência técnica aos parceiros de implementação e definirão um sistema de monitorização do programa comum. Organizarão visitas conjuntas ao terreno com os parceiros de implementação a fim de acompanharem os progressos do programa. Estas visitas fornecerão informações para as revisões do programa que farão parte do sistema de monitorização. Todas as avaliações e revisões anuais serão realizadas de forma conjunta em função do plano de monitorização e avaliação.

As intervenções previstas no quadro do programa actual serão realizadas segundo a modalidade de execução nacional, sob a liderança e a responsabilidade do Ministério da Economia e Emprego que indicará o seu interlocutor directo.

### 5.1. Dotação em efectivos e via parceiros

O Programa será dotado de meios técnicos necessários à boa execução das actividades programadas. A execução será assegurada por uma célula composta por:

- Um(a) *Conselheiro(a) técnico principal* recrutado pelo BIT, por dois anos, directamente envolvido(a) na implementação das actividades cuja coordenação assegurará, assim como a execução de algumas delas. O PNUD é parte integrante do processo de recrutamento do CTP.
- Um(a) *Conselheiro(a) técnico* de nível NOB recrutado(a) pelo BIT por três anos, assistente directo do Chefe de Projecto, directamente envolvido(a) no conjunto das actividades do Programa, e mais especificamente nas actividades de formação.
- Um(a) *Conselheiro(a) técnico* de nível NO recrutado(a) pelo PNUD por três anos, mais especificamente associado(a) à componente de facilitação do acesso ao crédito e de acções no domínio das relações com o sector público.

E como apoio :

- *Um(a) assistente administrativo(a)*, recrutado(a) pelo PNUD para assegurar a gestão administrativa quotidiana do Programa em estreita colaboração com as unidades administrativas do PNUD Praia e do BIT Dakar, em conformidade com os procedimentos.
- *Um condutor*, recrutado pelo PNUD de acordo com os procedimentos.

Estes dois últimos postos podem ser objecto duma partilha de custos com outros projetos da OIT e do PNUD.

As duas agências fornecerão também apoio técnico e administrativo ao Programa através do seu próprio pessoal administrativo e especialistas.

## 5.2. Zonas de intervenção do Programa, localização da sede, das antenas e duração

- O Programa desenvolverá as suas actividades nas ilhas de Santiago, São Vicente, Santo Antão, Fogo, Brava e S. Nicolau.
- A sede do Programa será instalada na Praia, quer nas instalações do MEE, se possível perto ou no mesmo local que o LuxDev 081 para fortalecer ainda mais as sinergias e a colaboração entre os dois.
- As antenas ficarão domiciliadas nas organizações parceiras locais que beneficiarão de reforços substanciais para o efeito.
- Elas serão em número de três: uma para Fogo e Brava, uma para S. Vicente e S. Antão e uma para S. Nicolau.

De acordo com o Ministério de tutela, e a título de contrapartida nacional, o Programa irá instalar as suas antenas nas estruturas locais identificadas com o referido Ministério.

- Poderá ser nas Estruturas de emprego ou nas antenas do IEFP.
- Em todos os casos, o espaço para o Programa deve ser atraente, acessível aos jovens, bem equipados, especialmente no tocante às informações afixadas.

Conforme o caso e a disponibilidade de pessoal no seio da estrutura, um agente pode ser nomeado por este último para garantir a implementação e monitorização das actividades do Programa na zona. Na falta, um técnico será recrutado pelo Programa sujeito a acordo com o Ministério com vista a sua integração no final do Programa.

A primeira fase do programa está prevista para um período de 3 anos.

## 6. Gestão dos fundos

O método principal de gestão dos fundos será através de uma dotação ao Fundo Fiduciário gerido pelos serviços do MDTF no PNUD. A contribuição financeira do Luxemburgo será recebida no quadro de um mecanismo de “passthrough” através de *Expanded Funding Window* específico para os financiamentos colocados à disposição de Cabo Verde. O PNUD desempenhará o papel de agente administrativo (AA) dos fundos.

A atribuição entre as duas agências será feita em função do Documento de Programa e da distribuição de tarefas apresentada no quadro de resultados. Se as prioridades a definir entre as componentes do programa (no caso da totalidade dos fundos não se encontrar disponível, por exemplo) ou se a atribuição de fundos entre as componentes tiver que ser modificada (se as necessidades do programa evoluírem de forma diferente do previsto), estas decisões seriam tomadas pelo Comité de Pilotagem.

Serão colocados recursos à disposição directamente pelas agências participantes para a realização das actividades, após o seu planeamento pela célula de execução em estreita concertação com as agências participantes e o parceiro principal de implementação.

Cada agência será responsável pela boa utilização e pela preparação de relatórios financeiros para os fundos que lhe serão atribuídos.

**O PNUD, como Agência Administrativa (AA)** deve preparar os relatórios financeiros anuais e finais certificados, compreendendo os relatórios submetidos por cada agência das NU

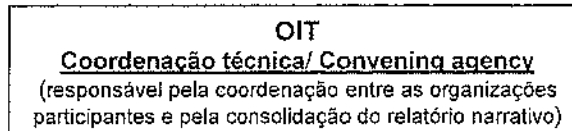
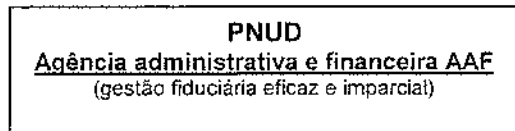
participante, contendo informações sobre a “origem e a utilização de fundos”. A AA deve fornecer estes relatórios consolidados ao doador, que contribuiu para o programa conjunto, conforme o calendário previsto nas disposições administrativas. Os relatórios devem utilizar rubricas orçamentais harmonizadas, aprovadas pelas Nações Unidas.

A OIT como **Convening Agency (CA)** deve preparar relatórios narrativos dos progressos anuais e finais consolidados, baseados nos relatórios apresentados por cada organização participante e deve fornecer estes relatórios consolidados ao agente administrativo (AA) para apresentação ao doador, em conformidade com o calendário. Os relatórios narrativos devem descrever de forma coerente e estar de acordo com os efeitos e produtos previstos no quadro do programa conjunto.

Trata-se de recursos humanos e de conhecimentos técnicos por um lado, de recursos financeiros e fundos próprios por outro, alguns já atribuídos no quadro de programas complementares em curso.

No caso de as agências utilizarem recursos próprios ou financiamentos bilaterais para realizarem acções ligadas ao plano de acção do programa, poderão fazê-lo através da célula de execução e de acordo com a equipa comum de execução de modo a garantir a sua coerência em relação às actividades do programa. Elas prestarão contas da sua utilização directamente aos doadores em causa, mas partilharão estas informações com a célula de execução e o Comité de Pilotagem a fim de contabilizarem as contribuições no orçamento total.

A gestão conjunta deste programa será feita de acordo com o cronograma seguinte:



## 7. Monitorização e avaliação

### 7.1. Órgãos de monitoramento

#### a) O Comité de Pilotagem (CoPil) e os Comités conjuntos

O Comité de Pilotagem do Programa «Empregabilidade, inserção e emprego» do BIT/ PNUD será organizado em conjunto com os do 081 Lux Development e do Projecto PADFI da ADA.

**CoPil conjunto:** Este CoPil conjunto será presidido pelo representante do Ministério da Economia e Emprego e co-presidido por funcionários das agências participantes das Nações Unidas (OIT e PNUD) e da Cooperação Luxemburguesa. Os principais parceiros, ou seja, ADEL, Câmaras do Comércio e diferentes centros de formação poderão ser convidados a participar como observadores.

É convocado pelo menos uma vez por semestre pelo Ministério da Economia e Emprego enquanto parceiro principal de implementação após concertação com as agências participantes das Nações Unidas (OIT e PNUD) e da Cooperação Luxemburguesa.

Será moderado pelas células dos três projetos que assegurarão o secretariado alternadamente. Ele terá como principais funções:

- i. Assegurar que os resultados dos programas sejam realizados e que as estratégias sejam consistentes;
- ii. Supervisionar a implementação das iniciativas;
- iii. Recomendar sobre potenciais mudanças estratégicas;
- iv. Analisar e aprovar os planos operacionais;
- v. Aprovar as conclusões das revisões a meio percurso dos Programas.

#### **b) O Comité de Coordenação**

De acordo com as recomendações do MAE (Gouvernement du Luxembourg) e tomando em consideração as expectativas do Governo de Cabo Verde em matéria de coordenação dos projectos de cooperação que operam nos domínios comuns, um *Comité de Coordenação* será constituído desde o início dos Projectos.

A composição do Comité será validada aquando da sua criação. Ela será composta pelos representantes dos projectos mencionados (ADA, OIT, Lux Dev, PNUD), os actores do SFP (PCA IEF, CERMI, EHTCV), o DGPOG, os parceiros, outros possíveis participantes (BAD, UE, Cooperação portuguesa, ..), algumas direcções técnicas (Turismo, Cultura, Educação, ...) e o Ministério encarregue do sistema financeiro (IMF, Fundos, Banco). O objectivo deste Comité é permitir aos seus membros de partilhar informações sobre a evolução do sistema de formação profissional e de inserção, e de fomentar sinergias, etc..

O Comité reunir-se-á pelo menos quatro vezes por ano e será dotado de um regulamento interno para assegurar o bom funcionamento. Será presidido pelo Ministério de tutela no seio do qual um coordenador nacional, recrutado com o apoio financeiro do Projecto 081, responsabilizar-se-á pelo secretariado do Comité de Coordenação garantindo que as sinergias identificadas sejam postas em prática.

#### **c) O Comité Técnico (CT)**

Um *Comité Técnico*, restrito, incluindo os representantes dos projectos BIT, PNUD, LuxDev e ADA, no âmbito da cooperação Luxemburguesa, reunir-se-á regularmente (uma vez por mês, se possível) com vista a manter os três projetos numa proximidade de funcionamento e de ideias. As reuniões serão realizadas alternadamente no escritório de cada Projeto ou no terreno, sob proposta das partes interessadas.

### **7.2. Monitorização**

O conteúdo do Quadro 3 abaixo apresenta um resumo do quadro de monitorização dos resultados do programa conjunto, dos meios de verificação, métodos de recolha de dados, responsabilidades pela recolha e análise das informações e dos riscos. A monitorização será assegurada pela célula de execução e também pelo comité técnico mencionado mais acima, para o qual o quadro em anexo constituirá uma base, permitindo o seguimento e a avaliação dos resultados do projecto. Um plano de monitorização/avaliação do programa será preparado pela célula do programa em concertação com as agências participantes e a contraparte nacional.

**Relatórios:** Serão produzidos relatórios narrativos e financeiros semestrais pela célula do programa e serão analisados no Comité Técnico antes de serem submetidos ao Comité de Pilotagem para aprovação e posteriormente serão apresentados aos doadores em nome das agências pelo agente administrativo (AA). Os relatórios semestrais serão também elaborados

pela célula do programa e apresentados às agências participantes de modo a permitir a monitorização regular das actividades.

### 7.3. Avaliação

Além de avaliações semestrais realizadas durante o comité de pilotagem, duas avaliações serão efectuadas:

- **Uma avaliação a meio-percurso** (antes do final do segundo ano)

Para avaliar os resultados alcançados e definir as orientações e condições de execução do último ano, uma avaliação inicial será executada. Ela será conduzida por três pessoas que representem o MEE, o BIT e o PNUD, acompanhados no terreno por representantes da Cooperação Luxemburguesa e beneficiários.

- **Uma avaliação final independente** no final da fase, que decidirá sobre a possível extensão do programa tendo em vista o PIC atual ou mesmo a sua reafecção ou a sua mudança para um novo público ou área.

QUADRO 3: Quadro de Monitorização do Programa

Efeitos/ Resultados e Produtos/ Outputs	Indicadores	Meios de verificação	Método de recolha de dados	Responsabilidades	Riscos e hipóteses
<b>EFECTO 1: Os princípios e mecanismos de apoio à inserção integrando a abordagem orientada pela procura são mais bem conhecidos a nível nacional e integrados no sistema de formação, profissional e de inserção</b>					
<b>PRODUTO 1.1:</b> Os decisores têm uma melhor compreensão sobre a inserção	Nº de instâncias governamentais e de estruturas privadas sensibilizadas pelo programa Tipo de acções realizadas para a sensibilização Nº de acções realizadas	Relatórios de actividades do Programa do IEFP do SNQ Biblioteca do IEFP	Leitura dos relatórios Media Reuniões com parceiros Visitas às estruturas abrangidas	Staff BIT/PNUD	<b>RISCOS:</b> Falta de compreensão da estratégia do Programa Dificuldades institucionais em reformar as estruturas  <b>HIPÓTESES:</b> O MEE manifesta o seu interesse de integrar a inserção no SPF A validação da estratégia pelo IEFP facilita a sua implementação no terreno Uma boa divulgação das áreas específicas promissoras O interesse dos jovens para a criação de MPME Os centros de FP estão abertos à APLD e às formações de curto termo
<b>PRODUTO 1.2:</b> Os actores do SFP são reforçados para uma melhor compreensão da problemática da inserção, APLD e nas áreas específicas	Nº de estruturas abrangidas Natureza das acções realizadas Nº de formações organizadas Nº de pessoas abrangidas pelas formações Nº de programas formativos elaborados Nº de manuais Germe impressos				
<b>PRODUTO 1.3:</b> As estruturas parceiras do programa foram reforçadas e/ou reestruturadas	Nº de estruturas reforçadas Nº de estruturas parceiras reforçadas Natureza e custo dos apoios Tipo e nº de equipamentos fornecidos Nº de programas formativos com o SNQ Nº de módulos recolhidos do Niger Nº de manuais Germe imprimidos e disponíveis no stock da rede Nº de kits pedagógicos (manuais do formador + dossier técnico) elaborados				
<b>PRODUTO 1.4:</b> O SPFI é reforçado em termos da capacitação dos actores privados e públicos, que conhecem a procura e os constrangimentos subjacentes nos sectores promissores e em termos da disponibilidade de manuais pedagógicos preparados para utilização	Nº de formações em cadeias de valor Nº de agentes formados Nº de análises efectuadas segundo a abordagem das cadeias de valor				

Efeitos/ Resultados e Produtos/ Outputs	Indicadores	Meios de verificação	Método de recolha de dados	Responsabilidades	Riscos e hipóteses
<b>EFECTO 2: A inserção dos jovens segundo a abordagem orientada pela procura é efectiva</b>					
<b>PRODUTO 2.1:</b> As capacidades de empregabilidade dos candidatos ao emprego e ao autoemprego apoiados pelo programa são reforçadas tendo em vista a sua inserção	<p>Nº de formações TIE efectuadas (50)</p> <p>Nº de formações técnico-profissionais (60)</p> <p>Nº de actualizações/"reciclagens" (140)</p> <p>Nº de módulos em criação de MPME (26)</p> <p>Nº de módulos em criação Niv1 (12)</p> <p>% de mulheres em formação Niv1</p> <p>Nº de módulos em pesquisa de emprego (8)</p> <p>Nº de formações individuais</p> <p>Nº de planos de negócio finalizados e submetidos a financiamento</p>	Relatórios de actividades do Programa do IIEFP	<p>Leitura dos relatórios</p> <p>Visita aos centros de formação</p> <p>Reunião dos beneficiários</p>	<p>Staff do Programa</p> <p>IIEFP</p> <p>Rede Germe</p> <p>Pessoas recurso</p> <p>ADEI</p> <p>Centros de formação parceiros</p>	<p><b>RISCO:</b></p> <p>Falta de motivação dos jovens para se comprometerem com o percurso de inserção</p> <p><b>HIPÓTESE:</b></p> <p>A capacidade da estrutura do Programa para informar os jovens e mobilizá-los para a criação de actividades económicas</p>
<b>PRODUTO 2.2:</b> Os jovens encontram trabalho assalariado e/ou criam a sua empresa	<p>Nº de jovens apoiados pelo Programa :</p> <p>Que encontraram um emprego assalariado</p> <p>Qui criaram uma empresa</p> <p>Que trabalham numa empresa criada por outro jovem</p> <p>Nº de empresas criadas e com coaching</p> <p>Nº de formações Germe em gestão com acompanhamento organizado (15)</p> <p>Nº de responsáveis de novas empresas implicados nas formações</p>	Relatórios de actividades do Programa	<p>Leitura dos relatórios</p> <p>Reunião dos jovens nas empresas</p> <p>Visita às novas empresas</p>	<p>Staff do Programa</p> <p>Formadores em gestão</p> <p>Pessoas recurso</p>	<p><b>RISCO:</b></p> <p>A oferta de emprego do mercado é baixa</p> <p><b>HIPÓTESE:</b></p> <p>A boa preparação dos jovens facilita a contratação e a criação de empresas</p>

Efeitos/ Resultados e Produtos/ Outputs	Indicadores	Meios de verificação	Método de recolha de dados	Responsabilidades	Riscos e hipóteses
<b>EFEITO 3: A oferta de financiamento do sistema das IMF está mais bem adaptada à procura dos criadores de MPE</b>					
<b>PRODUTO 3.1:</b> Os promotores de MPME estão mais bem preparados para aceder ao crédito das IMF/ Fundos	Nº de documentos produzidos sobre o financiamento das MPE Natureza e número de documentos produzidos para as formações em Educação Financeira Nº de formações em EF	Relatórios de actividades do Programa de ADA e das estruturas	Leitura dos relatórios Discussões com a Banca, IMF e Fundos implicados	Staff do Programa ADA/PADFI	<b>RISCO:</b> Fraca receptividade das estruturas de financiamento à procura de soluções pelos jovens <b>HIPÓTESES:</b> Capacidade dos responsáveis das IMF de entrarem no jogo da negociação e de elaborar produtos financeiros <i>ad hoc</i> Envolvimento dos doadores
<b>PRODUTO 3.2:</b> As estruturas de financiamento (IMF, Bancos e Fundos) estão envolvidas no processo e são reforçados em termos de funcionamento e conhecimento da inserção dos jovens	Nº de ateliers sobre inserção Nº de formações MMW				
<b>PRODUTO 3.3:</b> Mecanismos <i>ad hoc</i> são identificadas para facilitar a capacidade de concessão de crédito das estruturas de financiamento	Nº de ateliers de reflexão sobre os mecanismos que poderão ser implementados Nº de acções realizadas juntos dos doadores susceptíveis de reforçar o sistema Nº de potenciais investidores contactados				
<b>Efeitos/ Resultados e Produtos/ Outputs</b>	<b>Indicadores</b>	<b>Meios de verificação</b>	<b>Método de recolha de dados</b>	<b>Responsabilidades</b>	<b>Riscos e hipóteses</b>
<b>EFEITO 4: O ambiente das MPME é melhorado em termos do entendimento popular</b>					
<b>PRODUTO 4.1:</b> As perspectivas ligadas à criação de MPME são mais bem conhecidas	Nº de acções de motivação dos jovens Nº de concursos das melhores realizações organizados	Relatórios de actividade do Programa das Câmaras de Comércio e Sindicatos	Encontrar os parceiros abrangidos pelo programa e ver os media que informam sobre as acções de promoção	Staff do Programa	<b>RISCO:</b> Baixa implicações dos media <b>HIPÓTESE:</b> Grande visibilidade deste tipo de acções promocionais



## 8. Contexto Jurídico e Enquadramento Legal

A equipa das Nações Unidas em Cabo Verde está empenhada em fazer as reformas do Secretário-geral das NU, em vigor desde 1997. Graças à sua abordagem inovadora “*Delivering as One*”, a equipa das Nações Unidas em Cabo Verde apoia os esforços do país, sob a liderança do Governo, para promover a inclusão social e económica sustentável que destaca o bem-estar e a protecção das gerações actuais e futuras. Esta parceria traduz-se pela existência de um “Quadro de assistência das Nações Unidas para o Desenvolvimento de Cabo Verde” assinado com o governo para o período 2012-2016, prolongado até 2017 (UNDAF 2012-2016).

O UNDAF representa a resposta colectiva, coerente e integrada do Sistema das Nações Unidas às prioridades do país, de acordo com os objectivos definidos pelo Governo. O UNDAF e o seu Plano de Acção representam um instrumento de operacionalização dos resultados estratégicos e o quadro de um programa único para o país.

O PNUD está integrado no escritório comum (UNICEF, PNUD e FNUAP) que tem um programa de cooperação “Common Country Programme Document – CDC”, assinado com o governo de Cabo Verde para o período 2012-2016, também prolongado até 2017. O CCPD é a resposta de três agências (PNUD, UNICEF e FNUAP) às prioridades de desenvolvimento de Cabo Verde.

Contudo, é importante sublinhar que as relações de cooperação entre as Nações Unidas e o Governo de Cabo Verde datam de Janeiro de 1976, logo a seguir à independência (Julho de 1975), com a assinatura do acordo entre o PNUD e o Governo. Este documento representou o quadro jurídico do início da relação entre o PNUD e o Governo de Cabo Verde e lançou as bases que sustentam esta relação.

Cabo Verde aderiu à OIT a 3 de Abril de 1979 e desde então beneficia da sua assistência em várias áreas de intervenção. Desde 2011 a OIT tem o seu programa de cooperação com o Governo de Cabo Verde, “Programa País de Trabalho Digno para o período 2011-2015”, assinado a 16 de Dezembro de 2011. Este documento está harmonizado com as prioridades do Governo e com o UNDAF e define o quadro de resposta da OIT às prioridades nacionais em termos de promoção do trabalho digno.

## 9. Plano de Trabalho e Orçamento

### 9.1. Plano de trabalho

O plano de execução com algumas recomendações para o calendário de implementação das acções é apresentada abaixo. Como resumo desse plano, devemos reter as duas prioridades seguintes:

- Trabalho acerca dos mecanismos de financiamento de arranque de Projecto, e por um período que não deve exceder um ano.
- Trabalho no seio do SFP com o IIEFP a fim de posicionar a inserção seja do ponto de vista dos princípios seja das metodologias e estratégias a desenvolver.

## 9.2. Orçamento global

O valor do Programa, por 3 anos, é de : **3.603.619\$ US.**

O orçamento abaixo apresentado resume por tipo de imputação as afectações orçamentais, considerando uma duração de 3 anos e com actividades a realizar em 6 ilhas.

**QUADRO 4 : Orçamento resumido**

	Total 3 anos	PNUD	OIT
Peritos OIT e PNUD	740 980	125 490	615 490
Apoio/suporte administrativo	83 790	83 790	-
Missões do Staff do projecto	37 100	37 100	-
Avaliações	60 000	30 000	30 000
Actividades de informação e formação	1 759 430	312 000	1 447 430
<i>Informação/sensibilização dos decisores</i>	100 000	40 000	60 000
<i>Reforço do SFP em termos de capacitação dos actores</i>	391 500	20 000	371 500
<i>Reforço/ reestruturação das estruturas de base</i>	216 000	216 000	-
<i>Análise da procura, qualificações e manuais</i>	96 000	36 000	60 000
Acompanhamento para a inserção (formação técnica e gestão)	879 800	-	879 800
<i>Acompanhamento após inserção</i>	76 130	-	76 130
Acções e formações ligadas ao financiamento das empresas	186 132	186 132	-
Apoio à promoção do emprego e autoemprego	150 000	75 000	75 000
Material	116 000	116 000	-
Diversos	105 200	105 200	-
<b>Total parcial</b>	<b>3 238 632</b>	<b>1 070 712</b>	<b>2 167 920</b>
Despesas de apoio ao programa	367 487	107 336	260 105
<b>Total geral em USD</b>	<b>3 606 119</b>	<b>1 178 048</b>	<b>2 428 070</b>

## 10. Anexos

ANEXO 1 | **QUADRO 5: Plano de Trabalho**

ANEXO 2 | **QUADRO 6: Orçamento do Programa detalhado**

ANEXO 1 | QUADRO 5 : Plano de Trabalho

Efeitos previstos	Agência UN	Actividades	Calendário			Parceiros de execução	Orçamentação	
			Ano 1	Ano 2	Ano 3		Fonte	Montante
<b>EFEITO 1: Os princípios e mecanismos de apoio à inserção integrando a abordagem orientada pela procura são mais bem conhecidos a nível nacional e integrados no sistema de formação profissional e de inserção</b>								
<b>PRODUTO 1.1:</b> Os decisores têm uma melhor compreensão sobre a inserção	BIT	1.1.1 Elaborar instrumentos de informação para os decisores (quadros administrativos e SFP) sobre inserção	X X --			IEFP	Orçamento	20 000
	BIT	1.1.2 <i>Plaidoyer</i> junto dos decisores públicos e privados sobre o SFP, a APLD, a inserção, as áreas específicas, etc.	X X X X	X X X X		CC, Sindicatos, DT, Projeto 081	Orçamento	40 000
	PNUD		X X X X	X X X X			Orçamento	40 000
<b>PRODUTO 1.2:</b> Os actores do SFP são reforçados para uma melhor compreensão da problemática da inserção, APLD e nas áreas específicas	BIT	1.2.1 Elaborar/ traduzir/ adaptar os instrumentos de informação sobre a problemática da inserção	X X X X				Orçamento	40 000
	BIT	1.2.2 Informar os actores do SFP sobre a inserção	-- X X				Orçamento	30 000
	BIT	1.2.3 Elaborar os instrumentos de formação dos formadores e dos jovens candidatos ao emprego	X X --			Consultores, Dep/ Educ financeira	Orçamento	20 000
<b>PRODUTO 1.3:</b> As estruturas parceiras do programa foram reforçadas e/ou reestruturadas	BIT	1.2.4 Reforçar os formadores as áreas tecnológicas (inclusive no exterior) e em gestão/ coaching	-- X X	X X X X	X X X X	Centros locais e no estrangeiro	Orçamento	160 000
	BIT	1.2.5 Acompanhamento e aconselhamento para a implementação dos apoios	X X X X	X X X X	X X X X		Orçamento	17 000
	PNUD		X X X X	X X X X	X X X X		Orçamento	10 000
	BIT	1.2.6 Seminários de formação dos quadros e dos formadores	-- X -	----	----		Orçamento	32 000
	PNUD		-- X -	----	----		Orçamento	10 000
	BIT	1.2.7 Elaboração de programas formativos via Sistema Nacional de Qualificações					Orçamento	50 000
BIT	1.2.8 Pesquisa documental dos módulos de formações qualificantes na região CEDEAO (Niger)	-- X -	----	----		Orçamento	2 500	
BIT	1.2.9 Consolidação do stock de manuais Germe para a sustentabilidade					Orçamento	20 000	
PNUD	1.3.1 Contribuir para a reflexão quanto à revisão dos papéis e das funções dos centros regionais	-- X X	----	----	MEE (IEFP, DT, ...)	Orçamento	25 000	
PNUD	1.3.2 Contribuir para o reforço das estruturas de apoio do programa (equipamento, organização, formações e informações)	-- X X	----	----		Orçamento	30 000	
PNUD	1.3.3 Contribuir para o reforço de estruturas parceiras	-- --	X X --			Orçamento	42 000	

<p><b>PRODUTO 1.4:</b> O SPFI é reforçado em termos da capacitação dos actores privados e públicos, que conhecem a procura e os constrangimentos subjacentes nos sectores promissores e em termos da disponibilidade de manuais pedagógicos preparados para utilização</p>	PNUD	1.3.4 Diversos PAO/ impressões/ reprodução de documentos	--XX	-X--	-X--	Orçamento	20 000	
	PNUD	1.3.5 Planos de acção das estruturas (animação e outros)	XXXX	XXXX	XXXX	Orçamento	99 000	
	BIT	1.4.1 Reforçar a capacidade dos agentes dos centros para fazerem análises segundo o princípio das cadeias de valor	---X	XX--		Peritos BIT Genebra	24 000	
	BIT						36 000	
	PNUD	1.4.2 Efectuar análises de cadeias de valor ao nível das regiões (ilhas) nos sectores promissores bem como da procura em termos de competências a mobilizar com um foco sobre o emprego das mulheres (com base no manual que incorpora as suas especificidades)	----	XXXX	XXXX	Consultores e formadores formados pelo Programa	36 000	
<b>EFEITO 2: A inserção dos jovens segundo a abordagem orientada pela procura efectiva</b>								
<p><b>PRODUTO 2.1:</b> As capacidades de empregabilidade dos candidatos ao emprego e ao autoemprego apoiados pelo programa são reforçadas tendo em vista a sua inserção</p>	BIT	2.1.1 Organizar jornadas de informação técnica para os jovens sobre os vários temas segundo as suas necessidades	XXXX			Orçamento	24 000	
	BIT	2.1.2 Montar módulos Tria inserção sobre a reflexão da sua ideia de empresa, as áreas específicas, o emprego e o autoemprego	--XX			Orçamento	90 000	
	BIT	2.1.3 Formações técnicas, ateliers tipo incubadoras (com a EHTCV, CERMI, ADEI, FAO, ONUDI, ...)	--XX	XXXX	XXXX	IEFP ADEI CERMI ENHCV CTA	400 000	
	BIT	2.1.4 Criar estágios de "reciclagem" antes da criação das MPME	--XX	XXXX	XXXX	Rede Germe Centros de formação Pessoas recurso	16 800	
	BIT	2.1.5 Organizar módulos Cree inserção em criação de empresas	---	XXXX	XXXX	FAO e ONUDI	140 000	
	BIT	2.1.6 Organizar módulos em criação de empresas (Germe N1) com uma maioria de mulheres (75%)	---	XXXX	XXXX		48 000	
	BIT	2.1.7 Contribuição para pessoas recurso para sectores específicos (ONUJI, FAO, Sindicatos, ...)	--XX	XXXX	XXXX		75 000	
	BIT	2.1.8 Montar formações em procura de emprego (RE)	--XX	XXXX	XXXX		16 000	
	BIT	2.1.9 Formações individuais de consolidação de competências	--XX	XXXX	XXXX		70 000	
	BIT	2.2.1 Acompanhamento dos jovens que encontraram trabalho assalariado	----	XXXX	XXXX		Orçamento	6 130
<p><b>PRODUTO 2.2:</b> Os jovens encontram</p>								

trabalho assalariado e/ou criam a sua empresa	BIT	2.2.2 Coaching Germe de jovens empreendedores	----	x x x x	x x x x	Orçamento	70 000
<b>EFEITO 3: A oferta de financiamento do sistema das IMF está mais bem adaptada à procura dos criadores de MPE</b>							
<b>PRODUTO 3.1:</b> Os promotores de MPME estão mais bem preparados para aceder ao crédito das IMF/ Fundos	PNUD	3.1.1 Exploração das análises (ADA, BAD, ...) sobre a situação do sistema	x x --			Orçamento	11 132
	PNUD	3.1.2 Elaborar e divulgar um Guia sobre o acesso ao financiamento, com fichas técnicas, e divulgá-los amplamente aos jovens através das estruturas do SFPI	x x x -	x x x x		Orçamento	10 000
	PNUD	3.1.3 Adaptação, tradução e impressão dos manuais de « Educação Financeira » e formação dos jovens	-- x x	x x x x		Orçamento	40 000
<b>PRODUTO 3.2:</b> As estruturas de financiamento (IMF, Bancos e Fundos) estão envolvidas no processo e são reforçados em termos de funcionamento e conhecimento da inserção dos jovens	PNUD	3.2.1 Organizar, com base em estudos exaustivos recentes (BAFD, ADA, ...), com as estruturas de financiamento, sobre os bloqueios do sistema	-- x x			Orçamento e ADA	30 000
	PNUD	3.2.2 Contribuir para a montagem de formações em MMW	- x x x	x x x x		Orçamento e ADA	30 000
<b>PRODUTO 3.3:</b> Mecanismos <i>ad hoc</i> são identificadas para facilitar a capacidade de concessão de crédito das estruturas de financiamento	PNUD	3.3.1 Estudar as vias e meios de uma facilitação da concessão de crédito aos promotores de MPME pelas IMF e os fundos, em termos de consolidação dos fundos, de condições de concessão de crédito, taxas de juros, fundos de garantia	x x --			ADA IMF Banca (Novo Banco) Fundos FEFP Câmaras do Comércio	35 000
	PNUD	3.3.2 Promover acções de sensibilização e de platoyer junto dos doadores susceptíveis de se envolverem na implementação dos mecanismos propostos para a melhoria das capacidades de concessão de crédito através do sistema financeiro local	-- x x	x x --		Orçamento e Sistema financeiro	15 000
	PNUD	3.3.3 Levar a cabo acções de sensibilização e de advocacia junto a investidores susceptíveis de se envolverem no financiamento de MPME e reflectir nas vias e meios para a sua implementação	-- x x	-- x -	-- x -	Orçamento	15 000

<b>EFETIVO 4 : O ambiente das MPME é melhorado em termos do entendimento popular</b>									
<b>PRODUTO 4.1: As perspectivas ligadas à criação de MPME são mais bem conhecidas</b>	BIT	4.1.1 Organizar acções de grande visibilidade : concurso de Planos de Negócios e realizações (casas terminadas), acções piloto (ecoturismo)	x x x x	x x x x	Câmaras envolvidas	Orçamento Câmaras municipais	54 000	54 000	
	PNUD	4.1.2 Organizar eventos/acções de várias naturezas ao nível da rádio, TV, música, etc., para sensibilizar e fazer passar a mensagem sobre o desenvolvimento de MPME e sobre as ideias de actividades de capacitação	x x x x	x x x x	Rádio, televisão, media	Orçamento	21 000	21 000	
<b>Total des affectations budgétaires par agence pour la partie operationnelle</b>									
BIT	1 522 430	73 %							
PNUD	573 132	27 %							
Total operationnel	2 095 562								

**ANEXO 2 | QUADRO 6 : Orçamento do Programa detalhado**

	NB	An/ ms	Q	Coût unit	Total 3 ans	PNUD	BIT
<b>Peritos OIT e PNUD</b>					<b>740 980</b>	<b>125 490</b>	<b>615 490</b>
CTP (internacional), coordenador (P4)	1	2	2	245 000	490 000		490 000
CT BIT (NOB)	1	3	3	41 830	125 490		125 490
CT PNUD (NOB)	1	3	3	41 830	125 490	125 490	
<b>Apoio/ Suporte administrativo</b>					<b>83 790</b>	<b>83 790</b>	
Secretária (G3)	1	3	3	15 000	45 000	45 000	
1 condutor/ motorista (G2)	1	3	3	12 930	38 790	38 790	
<b>Missões do staff</b>					<b>37 100</b>	<b>37 100</b>	
Viagens de avião entre as ilhas (pacote)			42	250	10 500	10 500	
Per diem funcionários do Prog para missões	9	36	133	200	26 600	26 600	
<b>Avaliações</b>					<b>60 000</b>	<b>30 000</b>	<b>30 000</b>
Avaliações - intercalar e final (pacote)			2	30 000	60 000	30 000	30 000
<b>Actividades de informação e formação</b>					<b>1 759 430</b>	<b>312 000</b>	<b>1 447 430</b>
<b>Informação/sensibilização dos decisores</b>					<b>100 000</b>	<b>40 000</b>	<b>60 000</b>
Elaboração/adaptação dos instrumentoss			1	20 000	20 000		20 000
Advocacia junto dos decisores (SFPI, inserção, APDL, fileiras, ...) ateliers e PD			1	80 000	80 000	40 000	40 000
<b>Reforço do SFP em termos de capacitação dos actores</b>					<b>391 500</b>	<b>20 000</b>	<b>371 500</b>
Elaboração/adaptação/tradução dos instrumentos de formação/informação sobre a problemática da inserção (Engenharia, Percurso de inserção, APLD, fileiras, ...)			1	40 000	40 000		40 000
Formação/informação dos actores do SFPI sobre a problemática da inserção			1	30 000	30 000		30 000
Formação de formadores em elaboração de manuais pedagógicos e educação financeira			2	10 000	20 000		20 000
Reforço dos formadores nas fileiras (inclusive no estrangeiro)			1	160 000	160 000		160 000
Acompanhamento e aconselhamento por peritos PNUD BIT	3	3	9	3 000	27 000	10 000	17 000
Formação quadros e formadores por consultores internacionais	14	3	42	1 000	42 000	10 000	32 000
Elaboração de programas formativos pelo Sistema de Qualificações			20	2 500	50 000		50 000
Pesquisa documental dos módulos pedagógicos na CEDEAO (Niger)			1	2 500	2 500		2 500
Consolidação do stock de manuais Germe para a sustentabilidade			1	20 000	20 000		20 000
<b>Reforço/ reestruturação das estruturas de base</b>					<b>216 000</b>	<b>216 000</b>	
Contribuir para a reflexão quanto à revisão dos papéis e das funções dos centros regionais	5	1	5	5 000	25 000	25 000	
Reforço das estruturas de apoio do programa	3	1	3	10 000	30 000	30 000	
Reforço de outros centros	6	1	6	7 000	42 000	42 000	
Diversos PAO/ impressões/ reprodução de documentos			1	20 000	20 000	20 000	
Planos de acção das estruturas (animação e outros)			1	99 000	99 000	99 000	
<b>Análise da procura, qualificações e manuais</b>					<b>96 000</b>	<b>36 000</b>	<b>60 000</b>
Formação dos actores sobre cadeias de valor	4	1	4	6 000	24 000		24 000

Análise do mercado segundo o princípio das cadeias de valor	6	1	6	12 000	72 000	36 000	36 000
<b>Acompanhamento para a inserção (formação técnica e gestão)</b>					<b>879 800</b>		<b>879 800</b>
Jornadas de informação sobre empregos verdes, eco criativos, ecoturismo	2	6	12	2 000	24 000		24 000
Módulos sobre a ideia de empresa, o emprego e o autoemprego (Trie/inserção)			50	1 800	90 000		90 000
Formações técnicas profissionalizantes curtas, em situação de produção			50	8 000	400 000		400 000
"Reciclagens" (montante estágio e seguimento)			140	120	16 800		16 800
Formação em criação de MPME (Cree inserção)	7	4	28	5 000	140 000		140 000
Formação em criação de micro empresas (Germe nível 1)	4	4	16	3 000	48 000		48 000
Custo (50 à 100\$/j) e per diems (100\$/j) de pessoas recurso para as formações (sindicatos, FAO, ONUDI, outros) (pacote)			1	75 000	75 000		75 000
Formação em procura de emprego	2	4	8	2 000	16 000		16 000
Formações individuais diversas			70	1 000	70 000		70 000
<b>Acompanhamento após inserção</b>					<b>76 130</b>		<b>76 130</b>
Acompanhamento dos empregados			1		6 130		6 130
Formações/coachings em gestão das MPME (Germe)			5	14 000	70 000		70 000
<b>Ações e formações ligadas ao financiamento das empresas</b>					<b>186 132</b>	<b>186 132</b>	
Exploração das análises sobre a situação do sistema			1	11 132	11 132		11 132
Elaboração e distribuição de um manual/guia de procedimentos, fichas e cartazes			1	10 000	10 000		10 000
Formação dos promotores em Educação Financeira (Módulo da empregabilidade)			1	40 000	40 000		40 000
Ateliers de reflexão/ acção sobre os bloqueios dos mecanismos de financiamento			1	30 000	30 000		30 000
Formação dos quadros das IMF em MMW			1	30 000	30 000		30 000
Reflexão sobre os bloqueios e mecanismos de facilitação			1	35 000	35 000		35 000
Negociações com parceiros financeiros para a criação de fundos			1	15 000	15 000		15 000
Missões específicas junto aos investidores			1	15 000	15 000		15 000
<b>Apoio à promoção do emprego e autoemprego</b>					<b>150 000</b>	<b>75 000</b>	<b>75 000</b>
Provisão para concursos e preço (montante fixo) 3 por ilha por ano = 18	18	3	54	2 000	108 000		54 000
Ações na comunicação social/media	2	3	6	7 000	42 000		21 000
<b>Material</b>					<b>116 000</b>	<b>116 000</b>	
Equipamento Unidade de Gestão do Projecto (UGP) (veículo, comp, material escritório): 50 000 + (3 anos à 10 000)			1	80 000	80 000		80 000
Equipamento para Antenas (lançamento projecto) 2000 + (3x500/ano) = 3500/antex3x3anos	3	3	9	4 000	36 000		36 000
<b>Diversos</b>					<b>105 200</b>	<b>105 200</b>	
Funcionamento UGP: consumíveis, energia, telf, manutenção, fotocópias 36 ms, etc.	1	36	36	1 000	36 000		36 000
Funcionamento antenas: consumíveis, energia, telf, manutenção (2 antenas a a 350\$ e 2 a 500\$ = 1700\$ para 4)	1	36	36	1 700	61 200		61 200
Provisão para comités de pilotagem (2 por ano x 3 = 6) (convidados, ...)	2	3	6	1 000	8 000		8 000
Renda sede do projecto (contraparte nacional)	12	3	36	480		pm	pm



<b>Total parcial</b>					<b>3 238 632</b>	<b>1 070 712</b>	<b>2 167 920</b>
<b>Despesas de apoio ao programa</b>					367 487	107 336	260 150
Custos das sedes: BIT = 7% - PNUD= 7% +1% do Total					259 091	107 336	151 754
<b>Provisões</b>							
Provisões para aumento de custos: BIT 5% PNUD 0%					108 396		108 396
<b>Total geral em US \$</b>					<b>3 606 119</b>	<b>1 178 048</b>	<b>2 428 070</b>